

# CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

## 19º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2023

### 1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/07/2023 a 30/09/2023 (19º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e ao artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Para a elaboração deste relatório, frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), que possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, objeto do CG nº 02/2019.

Conforme pontuado no RGR, o 19º Período Avaliatório manteve o padrão positivo dos períodos anteriores quanto aos resultados das metas dos indicadores. No que se refere aos produtos, houve entregas importantes, tais como a conclusão do “Projeto Circuito Liberdade do Programa Se Liga”, entrega do “Diagnóstico Municipal do Eixo Certifica”, do Programa Selo Prevenção Minas e a realização do “Seminário Geral da Política de Prevenção Social à Criminalidade”.

Considera-se importante também reiterar os destaques positivos mencionados pela OS neste Relatório de Monitoramento:

- I) A continuidade das ações do “Projeto é na Base” impactando positivamente nos atendimentos do Programa Mediação de Conflitos (PMC);
- II) As “Atividades de Circulação” do Fica Vivo!;
- III) O lançamento e implantação do Eixo Certifica do Programa Selo Prevenção Minas no município de São Gotardo;
- IV) Maior equilíbrio na distribuição dos atendimentos entre os municípios do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher”, antes muito concentrado em Barbacena e agora, com o fortalecimento das parcerias locais e com o Poder Judiciário, foi possível uma melhoria das ações nos municípios de Curvelo e Pouso Alegre;

V) A implantação do Serviço APEC (Atendimento à Pessoa Custodiada) pelo Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) em 31 de julho, realizando atendimentos nos turnos manhã e tarde após as audiências de custódia;

VI) A inauguração do Curso de Eletricista Predial, com duração de aproximadamente 6 meses (300 horas), realizado em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) para atender os públicos dos Programas CEAPA e PrEsp de Belo Horizonte e Região Metropolitana da capital;

VII) Continuidade do Projeto “Se Liga São João” com as ações nas festas juninas dentro das Unidades Socioeducativas e;

VIII) A mudança da sede da UPC Se Liga BH/RM para salas localizadas no Edifício Maletta.

## 2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Após conferência dos resultados dos indicadores do 19º PA aferiu-se que os dados apresentados pelo Instituto Elo no RGR estão em conformidade com os dados monitorados pela Assessoria de Gestão da Informação da SUPEC.

Não obstante, no mês de setembro foi identificada a necessidade de correção de dados de duas equipes do PMC (Via Colégio e Jardim Leblon), que se encontravam duplicados, o que ocasionou na redução de 2 atendimentos (Indicador 1.1) e uma ação de rede (indicador 1.3) no mês de junho. Portanto, onde se lê 5.034 atendimentos do PMC em junho, **leia-se 5.032**; e onde se lê 1.130 ações junto à rede do PMC em junho, **leia-se 1.129**.

Assim, registra-se a correção dos dados neste 19º PA, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
			17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23		
1	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	● 27.600 ●	● 44.237 ●
	1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	● 1.490 ●	● 2.255 ●
	1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	● 8.100 ●	● 10.313 ●
2	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	● 2.880 ●	● 3.159 ●
	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	● 8.520 ●	● 8.316 ●

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
			17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23		
	<a href="#">2.3</a>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	● 72.153 ●	● 82.591 ●
	<a href="#">2.4</a>	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	● 472 ●	● 505 ●
3	<a href="#">3.1</a>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	● 1.260 ●	● 2.239 ●
	<a href="#">3.2</a>	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	● 630 ●	● 1.099 ●
	<a href="#">3.3</a>	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	● 810 ●	● 800 ●
4	<a href="#">4.1</a>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	● 45.900 ●	● 58.547 ●
	<a href="#">4.2</a>	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	● 74% ●	● 76% ●
	<a href="#">4.3</a>	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	● 3.375 ●	● 3.120 ●
5	<a href="#">5.1</a>	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	● 17.658 ●	● 17.390 ●
	<a href="#">5.2</a>	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	● 78% ●	● 84% ●
	<a href="#">5.3</a>	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	● 1.296 ●	● 1.557 ●
6	<a href="#">6.1</a>	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	● 150 ●	● 94 ●
	<a href="#">6.2</a>	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3	● 1.470 ●	● 4.954 ●
	<a href="#">6.3</a>	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	● 210 ●	● 929 ●

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23			
7	Programa Selo Prevenção Minas	<a href="#">7.1</a>	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 255 •	• 542 •
		<a href="#">7.2</a>	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 690 •	• 994 •
		<a href="#">7.3</a>	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 255 •	• 485 •
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	<a href="#">8.1</a>	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 180 •	• 276 •
		<a href="#">8.2</a>	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 588 •	• 654 •
		<a href="#">8.3</a>	Número acumulado de participantes em Capacitações	1	• 84 •	• 3.390 •
		<a href="#">8.4</a>	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 10,1 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	<a href="#">9.1</a>	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3	• 56 •	• 62 •
		<a href="#">9.2</a>	Número de relatórios de gestão dos Programas	3	• 9 •	• 9 •
10	Gestão da Parceria	<a href="#">10.1</a>	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• 100% •
		<a href="#">10.2</a>	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	-

## 2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

### Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta	Resultado	Desempenho
27.600	44.237	160,27%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.490	2.255	151,34%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
8.100	10.313	127,32%

A superação das metas pactuadas para o Programa Mediação de Conflitos reflete o desenvolvimento de ações estratégicas focadas nos objetivos globais da política, direcionados e acompanhados pela Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade ( DCM - nova nomenclatura da diretoria do PMC após a reforma administrativa do estado).

O conteúdo do RGR foi considerado satisfatório, contudo, tecemos alguns comentários para aprimoramento dos resultados qualitativos. A superação das metas, especialmente no Indicador 1.1, evidencia o esforço das equipes técnicas e a melhoria na efetividade do trabalho. Ainda destacam-se as oficinas do PMC contribuindo para o protagonismo e a mobilização comunitária nas áreas de abrangência, o que potencializa os resultados. Entretanto, **a DCM entende que as demais práticas coletivas (projetos, organização comunitária e casos coletivos) requerem maior investimento das equipes**, haja vista que juntas somam somente 28,9% dos resultados alcançados, em comparação com a modalidade de oficinas que isoladamente representa 40,5% do número de atendimentos no período. **Assim, sugere-se o acompanhamento próximo das equipes pela OS para promover o acesso do público atendido de forma igualitária a todas as práticas de atendimento do programa.**



Oficina “Comunidade Viva e Saudável - Treino Funcional para Mulheres” - UPC Ribeiro de Abreu - Agosto/2023

No tocante aos espaços de troca e aperfeiçoamento do trabalho, a DCM, junto à Supervisão Metodológica, segue investindo na Comissão Metodológica, onde se tem discutido a retomada do conceito de Mediação em suas modalidades, aprimorando e amadurecendo a metodologia atualmente utilizada. O investimento na temática da “Comunicação Comunitária” vem sendo realizado por meio da Comissão de Comunicação, que construiu materiais de divulgação para atender as necessidades do público diverso do programa. Por acolher temáticas que versam sobre diversos tipos de violência, como a violência contra a pessoa idosa, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e outras, é importante que haja sensibilidade na transmissão do diálogo nessas diversas frentes de atuação.



Encontro Comissão Metodológica PMC | Ago-23



Materiais de Divulgação | Comissão de Comunicação PMC

A pauta da Comunicação Comunitária foi contemplada no “Seminário de 20 anos da Política de Prevenção Social à Criminalidade” pelas palestrantes convidadas [REDACTED], ambas referências comunitárias, com suas respectivas trajetórias em favelas (Complexo da Maré/RJ e Cabana do Pai Tomás/BH),

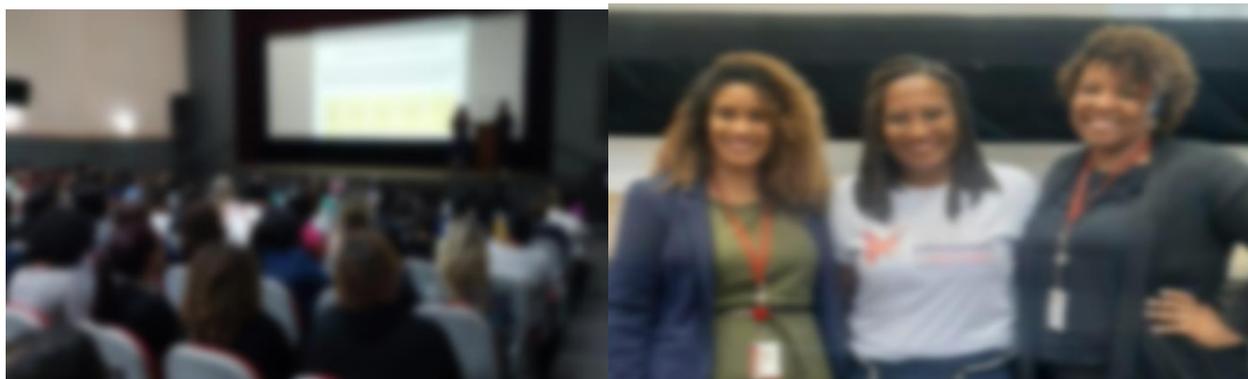
que puderam contribuir, potencialmente, com o aperfeiçoamento do diálogo entre as equipes do PMC e às comunidades onde atuam, gerando um espaço de troca, experiências e debates frutíferos. Acredita-se que o investimento na temática irá impactar positivamente o alcance de pessoas moradoras das áreas de abrangência, contribuindo para ampliar a média de pessoas atendidas (indicador 1.2). Na oportunidade, também foram comemorados os 18 anos do Programa Mediação de Conflitos.



Seminário 20 anos Política de Prevenção Social à Criminalidade | Julho 2023

No mês de agosto, destaca-se a palestra com o tema: *“Violência de Gênero e Sensibilização para Acolhimento às Mulheres em Situação de Violência”*, ministrada pela DCM para 1.800 servidores da saúde, a partir de um convite realizado pela “Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica” dos municípios de Vespasiano e de São José da Lapa, cuja iniciativa fez parte do Programa Justiça em Rede contra a Violência, criado pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (Comsiv) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A capacitação dos profissionais de saúde para a temática favorece a realização do trabalho das equipes do PMC frente a casos de alta complexidade, que necessitam da articulação de rede para desenvolver estratégias de proteção à mulher atendida. A iniciativa reverberou no fomento a diálogos estratégicos entre a gestão social da UPC do Morro Alto/Vespasiano e os equipamentos da rede de proteção social, impactando no alcance do indicador 1.3.



Palestra PMC | Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica de Vespasiano e São José da Lapa | Ago-23

Ainda em relação à articulação de rede, nos meses de agosto e setembro, a DCM fomentou o diálogo institucional com a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 32/2021 celebrado. Nas ocasiões, foi apresentado um relatório das atividades desenvolvidas em parceria, bem como do alinhamento para realização de mutirões e atendimentos itinerantes nas áreas de abrangência. Esse diálogo tem se desdobrado em alinhamentos importantes que favorecem a construção de fluxo de atendimentos e encaminhamentos de casos e demandas do programa às sedes da DPMG, espalhadas por todo o Estado, por meio do diálogo entre defensores e gestores sociais de referência.



Encontro de Formação no Auditório da DMPG | Set-23

Quanto ao **indicador 1.1.**, a DCM corrobora com a análise apresentada pela OS, destacando a qualidade das intervenções realizadas pelas equipes técnicas e do acompanhamento da Supervisão Metodológica. Quanto àquelas sinalizadas no 19º relatório, percebe-se que outras equipes também se encontrariam abaixo da meta pactuada internamente pela SUPEC, caso não fosse a potencialização das práticas coletivas, como é o caso da UPC do Via Colégio/Santa Luzia. **Vale destacar que após a inserção das oficinas, a dinâmica de execução das demais práticas de atendimento alteraram, apresentando uma diminuição em alguns territórios, o que deverá ser um ponto de atenção para a OS durante a execução.** Dito isso, **reforça-se a importância do investimento nas modalidades de Organização Comunitária, Projetos e Casos Coletivos**, para além das demandas individuais que se mostraram já consolidadas no programa. **Para a criação de estratégias de**

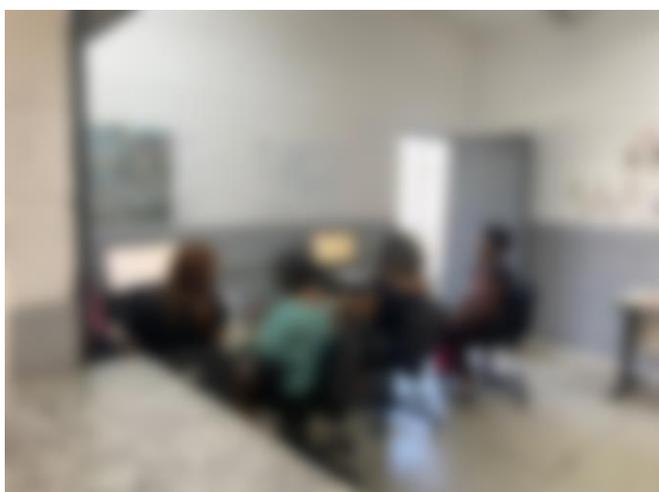
fomento às demais práticas, sugere-se que seja realizado, por parte da OS, um estudo para compreender esta oscilação e, após, a apresentação de um plano de trabalho interventivo.



Ações de Organização Comunitária PMC Rosaneves | Ago- 2023

Quanto ao **indicador 1.2**, a DCM corrobora com a OS enfatizando que as campanhas do “Agosto Lilás” e “Setembro Amarelo” foram estratégias eficazes para a garantia do acesso de públicos distintos ao PMC. Além disso, deve-se ressaltar que a consolidação das oficinas, que promovem mensalmente e com constância a participação do público-alvo nas intervenções propostas, vêm auxiliando na manutenção dos números deste indicador.

É relevante salientar que as **estratégias de mobilização do público-alvo devem ser um ponto de atenção à OS**, visando garantir o acesso da maior parte da população das áreas de abrangência desta política pública. A Comissão de Comunicação interna do programa elaborou materiais gráficos que promoverão a divulgação institucional do PMC e também incentivarão a participação ativa dos moradores dos territórios nas frentes de atuação do programa. Esses materiais foram desenvolvidos com linguagem acessível e comunitária, garantindo que sejam compreensíveis e atrativos para a comunidade.



*“Mutirão de Currículos” realizado no mês de julho pela equipe da UPC Olavo Costa/Juiz de Fora, por meio de pedido da Oficineira do Projeto “Feito à mão” que enxergou a demanda de produção de currículos para os moradores dos bairros de abrangência do PMC, em decorrência das dificuldades locais e materiais para promover o acesso a emprego e renda das pessoas atendidas.*

No que se refere ao **indicador 1.3**, a DCM também corrobora com a análise apresentada pela OS no tocante à percepção de que o investimento das equipes em construções conjuntas com a rede de proteção social tem sido evidente ao longo do ano. A atenção às temáticas de violência, para além da violência de gênero, tem despertado a necessidade de diálogo, alinhamento e construções junto a estes atores estratégicos. É importante destacar o papel ativo de servidoras da DCM em comissões, palestras e redes, que possibilitam articulações e construções de novos fluxos de parcerias.



*Articulação de Caso Coletivo Parque Jardim Leblon junto a Rede de Venda Nova para discutir a reabertura do Parque Jardim Leblon aos finais de semana e também a revitalização do espaço | Equipe PMC Jardim Leblon | Ago-23*

## Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

<b>Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
2.880	3.159	110%

<b>Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
8.520	8.316	98%

<b>Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>

72.153	82.591	114%
--------	--------	------

<b>Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
472	505	107%

Especificamente sobre os resultados alcançados pelo Programa Fica Vivo!, para além dos apresentados no RGR, cabe reforçar que, ainda que não tenha ocorrido o alcance das metas em sua integralidade, o fato de a meta referente ao indicador 2.3 ter ficado 14% acima do previsto já indica o aprofundamento e investimento por parte dos atores envolvidos, sobretudo, as equipes técnicas nas demais formas de atendimento previstos na metodologia, não ficando o programa reduzido à execução dos projetos de oficinas, ainda que essas sejam as atividades centrais na execução do programa.

Outro aspecto apontado pela OS e que a Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) considera importante reforçar é que, mesmo com uma significativa rotatividade nos profissionais de ponta, o programa permanece tendo êxito nas ações desenvolvidas. Sem desconsiderar os impactos negativos que essa rotatividade causa, tal realidade indica o fortalecimento institucional que o Fica Vivo! tem nas comunidades e com o público alvo.

No tocante à meta do **indicador 2.1**, a DPJU considera importante mencionar os resultados apresentados pelas UPCs Bom Jardim/Esperança/Ipatinga, Minas Caixa/BH e Jardim das Alterosas/Betim, que passaram pelo processo de suspensão das atividades no início da pandemia e vivenciaram um árduo processo de implantação de oficinas, ainda em andamento. Nesse sentido, percebe-se que o empenho das equipes, gestão social e supervisão metodológica no processo de divulgação e implantação de oficinas têm surtido efeitos nos indicadores.

Quanto ao **indicador 2.2**, a DPJU coaduna com todos os elementos destacados pela OS, sem qualquer incremento, discordância ou consideração. A Comissão de Monitoramento considera também importante a reflexão pontuada no RGR acerca dos aspectos qualitativos que influenciam na média mensal de jovens participantes nas oficinas do programa, como a modalidade da oficina. Conforme mencionado, em alguns territórios, as oficinas de esporte vêm sendo implantadas para suprir o déficit do quantitativo de participantes das oficinas de cultura – que geralmente contam com menor média de participantes. Tais particularidades devem ser consideradas na execução, haja vista os determinantes como as demandas das juventudes e a diversidade de oficinas ofertadas.

Sobre o **indicador 2.3**, cabe destacar, conforme apontado no 18º RM, que o apaziguamento na dinâmica das violências e da criminalidade nos territórios de atuação do programa tem favorecido o desenvolvimento e a qualificação das demais formas de atendimento previstas na metodologia. Conforme apresentado pela OS, vários foram os projetos locais e de circulação realizados pelas equipes. Tais ações, por serem quase sempre em locais públicos, de grande circulação e envolvendo muitas pessoas, só se fazem possíveis não havendo risco ao público e aos profissionais do programa e da rede. Nesse ínterim, é nos intervalos das “guerras” que o Programa Fica Vivo! consegue se fazer mais presente e mais efetivo, inclusive dilatando tais intervalos. O

resultado deste indicador aponta para um bom aproveitamento de toda a equipe técnica nos contextos comunitários favoráveis.

Acerca do **indicador 2.4**, a DPJU não tem qualquer complementação nos dados e nas análises apresentados. Consideram-se satisfatórios os elementos indicados pela OS e, vale destacar, o avanço na qualidade analítica demandada pela diretoria em Relatórios de Monitoramento pretéritos.

### Área Temática 3: Programa Se Liga

<b>Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
1.260	2.339	186%

<b>Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
630	1.099	174%

<b>Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
810	800	99%

Reitera-se o destaque, por parte da DPJU, acerca da qualidade analítica e descritiva do RGR no tocante aos indicadores do Programa Se Liga. Conforme aludido pela OS, os dados deste 19º PA reverberam os esforços empenhados no desenvolvimento e alcance das metas pactuadas. Nota-se o expressivo envolvimento dos profissionais na potencialização das ações do Programa, buscando estratégias de solução e alternativas aos desafios postos. Nesta perspectiva, espera-se que os resultados sejam ainda mais positivos nos próximos períodos, exigindo a repactuação de metas mais condizentes com a realidade atual do programa.

Para além dos elementos indicados no RGR, merece destaque o esforço empenhado pela OS em atender a demanda de atualização da análise dos indicadores do programa, sobretudo, a de apresentação do desempenho das metas por UPC do Se Liga. Tal possibilidade qualifica a atuação do corpo de gestão da Supec, mediante os desafios específicos de cada equipe.

Consonante ao comprometimento com os resultados e os impactos gerados, cabe destacar sobre a parceria com a Fundação João Pinheiro, na continuidade da construção do marco lógico<sup>1</sup> do Programa Se Liga,

<sup>1</sup> O Marco Lógico é uma metodologia comumente utilizada no planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos. Conforme Maria das Graças Rua (2010), a ferramenta permite visualizar o conjunto de conceitos inter-

contribuindo estrategicamente para a efetividade desta política pública, interligando competências técnico-científicas e gestão governamental. Os encontros com a instituição de pesquisa e ensino acontecem periodicamente desde setembro de 2022 e com previsão de conclusão do produto para o segundo semestre de 2023.

A DPJU coaduna dos elementos apresentados no RGR e enfatiza a qualificação de dados atinentes ao **indicador 3.1**. Mais do que isso, reforça-se os elementos problematizados no item anterior. Em relação à vinculação do público ao programa na Regional Belo Horizonte, Região Metropolitana e Central Mineira, cabe destaque sobre os impactos da ausência do uso do telefone corporativo pelos analistas sociais, ferramenta metodológica essencial para o fortalecimento do enlace com as juventudes atendidas pelo Se Liga, sobretudo enquanto instrumento de rede de proteção social. Reforça-se que desde o mês de janeiro do corrente ano, quando da reconfiguração da equipe técnica, considera-se que o fato do atraso por parte da OS na transmissão destes aparelhos à nova equipe, mesmo diante da superação expressiva da meta prevista para este indicador, vem afetando os processos dos acompanhamentos realizados pelo programa, assim como a vinculação de novos atendidos.

Quanto à Regional da Zona da Mata, destaca-se a definição de alguns encaminhamentos pactuados, à exemplo da designação de uma gestão social e de um técnico administrativo específico para a UPC do Programa Se Liga na referida regional, concretizada neste PA. Especialmente em relação aos avanços nas tratativas com o município acerca da possibilidade de mudança de localização da UPC para um ponto geograficamente estratégico, acredita-se que os resultados sejam ainda mais perceptíveis ao longo dos próximos períodos avaliatórios.

Para além dos elementos indicados pela OS no **indicador 3.2**, chama novamente a atenção a discrepância entre as regionais do programa, na modalidade “Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas” totalizando BH/RM/CM com 100 em detrimento à ZM com 533, assim como as demais ações previstas neste indicador executadas pela UPC da Zona da Mata localizada em Juiz de Fora. A DPJ considera necessária uma análise detida sobre a compreensão por parte dos analistas sociais de ambas as unidades sobre a quantificação da referida ação.

**Solicita-se, portanto, que no próximo RGR, seja apresentada pela OS uma análise acerca dos possíveis fatores que estão contribuindo para a discrepância na execução das duas UPCs, tanto para o indicador 3.2 quanto para o indicador 3.1.**

Tendo em vista que o **indicador 3.3** foi o único cuja meta não foi alcançada pelo Programa Se Liga, a DPJU considera que as alterações no Sistema Socioeducativo na capital mineira contribuíram para o seu não alcance neste período.

À título agregador, uma casa de semiliberdade foi encerrada e outra unidade de internação se reconfigurou para o acautelamento provisório, conforme formalizado pela Diretoria de Orientação Socioeducativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – DOS /SUASE. A alteração ocorreu em 04/09/2023, com a transferência dos adolescentes vinculados ao Centro de Internação Provisória (CEIP) São Benedito na referida data para o Centro Socioeducativo (CSE) Santa Helena. Da mesma forma, o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade deixou de ser realizado na Casa de Semiliberdade Planalto (CSL) e passou a ser realizado na casa do Ipiranga. A alteração ocorreu no dia 13/09/2023, com a transferência dos adolescentes que estavam vinculados à CSL Planalto.

---

relacionados que definem as causas de uma intervenção (projeto), bem como o que deve ser feito (estratégia) para alcançar o resultado desejado.

#### Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
45.900	58.547	127,5%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	75,4%	101,8%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.375	3.120	92,4%

De forma introdutória, cabe destacar que assim como no período anterior foi possível o alcance de duas das três metas. Contudo, observa-se que ocorreu um aumento no desempenho dos três indicadores. Antes de discorrer sobre as análises dos indicadores de julho a setembro, faz-se necessário apresentar alguns elementos que se caracterizam como “Boas-práticas”:

- Os espaços de aprimoramento técnico citados pela OS, de interlocução nacional sobre a pauta das alternativas penais (capacitação promovida pela SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais e o Fórum Nacional de Alternativas Penais – FONAPE), também contaram com a participação da Diretoria do Programa CEAPA. Endossa-se a necessidade de que seja contínuo o investimento para participações nesses eventos, buscando sempre o fortalecimento e aprimoramento da política de alternativas penais em Minas Gerais.



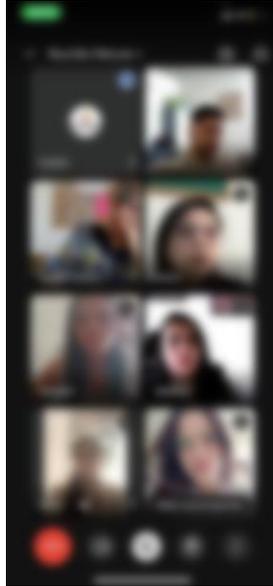
Agosto/2023 – Capacitação Introdutória de Gestão em Alternativas Penais

Setembro/2023 – 4º FONAPE

- A Diretoria de Alternativas Penais – DAL também esteve presente, juntamente com a Diretoria do PrEsp, na aula inaugural do Curso de Eletricista Predial, realizada em parceria com o CEFET - MG. Ambas as diretorias seguem acompanhando o Curso, que possui previsão de conclusão para o mês de dezembro de 2023.

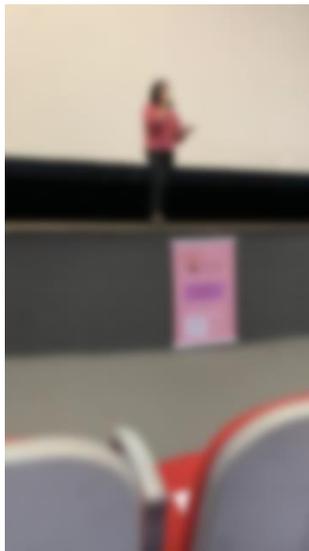


- Conforme citado pela OS, outro espaço importante que irá reverberar na qualidade dos serviços prestados ao público é a comissão de revisão do Manual do Programa, cuja atualização é essencial para subsidiar os novos profissionais quanto aos fluxos e procedimentos de trabalho.



12/07/2023 – Primeira Reunião da Comissão do Manual

- A DAL participou, no dia 10/08, da capacitação para as equipes de saúde dos municípios de Vespasiano e São José da Lapa, conduzindo o tema “Saúde do homem, machismo e desconstrução cultural”. O evento foi organizado pela Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica da Comarca de Vespasiano.



10/08/2023 – Capacitação equipes de saúde de Vespasiano e São José da Lapa

- A DAL reuniu-se, no dia 22/09, com o Poder Judiciário da comarca de Pedro Leopoldo com o objetivo de auxiliá-los na construção de grupos de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher.



22/09/2023 – Reunião com representantes do Poder Judiciário da comarca de Pedro Leopoldo

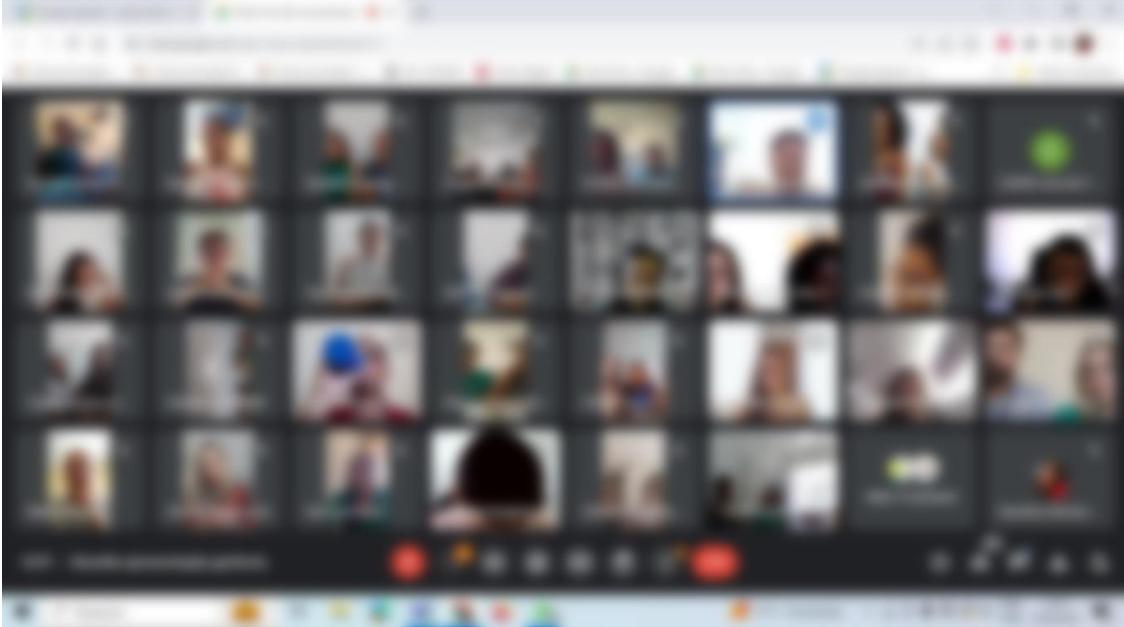
Cabe destacar que embora a OS aponte a implantação do Serviço APEC e os atendimentos que a equipe vem realizando após as audiências de custódia (totalizando 372 nos meses de julho, agosto e setembro), **estes não são contabilizados no indicador 4.1**. Os dados estão sendo monitorados e acompanhados pela Diretoria e serão considerados para pactuação de metas futuras e/ou ampliação do serviço supramencionado.



Julho/2023 – Inauguração do Serviço APEC

Conforme destacado no relatório anterior, ocorreu a inauguração da Unidade Prevenção à Criminalidade de Varginha. Portanto, nesse período avaliatório, a contribuição desta UPC passou a somar nos três indicadores e não somente no 4.1 e 4.3, conforme apontado no RGR.

Por fim, cabe citar que no período em análise a DAL passou por um processo de substituição do cargo de diretora e gerência do Programa CEAPA.



20/09/2023 – Apresentação da nova Diretoria de Alternativas Penais

**No indicador 4.1**, destaca-se o alcance e até a superação da meta pactuada para o período, assim como no relatório anterior.

Conforme apontado pela OS, os atendimentos individuais de acompanhamento representam grande parte do total executado no período avaliatório, porém, cabe ressaltar que **as maiores entradas no programa são de pessoas com determinação para cumprimento no Projeto de Execução de Alternativa Penal (PEAP) e não para a modalidade de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**. Esta última modalidade de cumprimento é a maior no tocante às alternativas penais ativas em monitoramento, o que pode justificar o desenvolvimento de atendimentos individuais para acompanhamento, objetivando tanto encaminhamentos para rede de proteção, quanto para a rede de alternativas penais.

Quanto aos **atendimentos grupais na PSC**, embora tenha ocorrido um aumento se comparado ao período anterior, conforme sinalizado no 19<sup>a</sup> RGR, **tal modalidade ainda necessita ser melhor desenvolvida pelas equipes técnicas**, pois hoje representa apenas 4% dos atendimentos realizados. Reforça-se o apontamento apresentado no RGR de que a coletivização das intervenções na PSC pode garantir a qualidade e centrar os esforços.

Como aponta a OS, quase a totalidade das unidades estão mantendo as articulações para o recebimento e inscrição de novos casos. Tal realidade, novamente, não se aplica ao município de Divinópolis. Portanto, na tentativa de potencializar a entrada do programa no município, os servidores da Diretoria da SUPEC se reuniram com a gestão social e a supervisão do programa no dia 27/09/2023, ocasião em que a gestão apontou que ainda não atingira o limite de intervenção, logo, ainda não se fazia necessária a entrada de outros atores estratégicos nessa articulação. Além disso, definiu-se um plano de ação com várias datas de reuniões no município, com diferentes atores do Poder Judiciário (Vara de Execuções Penais, Justiça Federal, Varas Criminais, Ministério Público), e também uma articulação com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, buscando assim impulsionar as diversas portas de entrada do Programa (Medidas Protetivas de Urgência, Penas Pecuniárias, Acordos de não Persecução Penal – ANPP, Medidas Cautelares, dentre outras aplicadas).

**Sugere-se portanto, que no próximo período a OS acompanhe bem de perto a execução do plano de ação mencionado para verificar se as estratégias construídas gerarão resultados mais satisfatórios.** E em caso

negativo, faz-se necessário a reconstrução do planejamento, durante o próprio trimestre, para que a unidade consiga entregar a meta pactuada para o 20ª PA.



27/09/2023 – Reunião DAL/SUPEC com a Gestão Social e sua supervisão em Divinópolis

Importante mencionar que embora a UPC de Divinópolis não alcance o indicador interno para atendimentos, durante todo o ano atingiu as demais metas.

Como mencionado no último relatório, o baixo desempenho no indicador 4.1, nos municípios de Araguari e Varginha é justificado por serem unidades recém implantadas. Mas, como esperado, Araguari conseguiu alcançar a meta nos meses de julho, agosto e setembro. Já em Varginha, a DAL também orientou a gestão social na busca de novas portas de entrada, tais como na Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e na Justiça Federal.

Destaca-se ainda, que os municípios de Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Uberaba apresentaram resultados superiores aos pactuados.

Com relação aos municípios de Betim e Uberaba corrobora-se com a OS que a prática da realização de grupos na PSC não tem sido bem incorporada pela equipe e que a modalidade individual de atendimentos ainda se mantém como principal eixo de atuação. Contudo, mesmo que a modalidade de atendimentos grupais ganhe robustez numérica, não mudará a realidade apresentada pelas unidades durante todo o ano (resultados para além da meta pactuada). Portanto, reitera-se a **necessidade de análise e de intervenção urgente, construídas conjuntamente com a DAL, para superação desse quadro. Sugere-se à OS a realização de um diagnóstico, com uma leitura qualificada dos atendimentos, até mesmo da porta de entrada e de possíveis acúmulos de casos represados de períodos anteriores para se pensar sobre a possibilidade de recuo em determinados encaminhamentos para o programa e/ou execuções de Projetos de Execução de Alternativa Penal (PEAP) via rede parceira.**

Ressalta-se, ainda, a **importância da apresentação dos fatores que justificaram o desempenho superior ao pactuado para as UPCs dos municípios de Juiz de Fora e Santa Luzia.**

**No indicador 4.2,** constata-se que a meta também foi alcançada. No entanto verificou-se uma pequena inconsistência no dado apresentado pela OS, sendo o **percentual de alternativas penais cumpridas de 75,4% e não 76% e/ou 76,4%.**

Ressalta-se que, conforme apontado pela OS, o município de Uberaba conseguiu superar o cenário de resultado abaixo do pactuado, como citado no relatório anterior. Portanto, espera-se que os atendimentos

individuais e grupais se mantenham, sendo realizadas intervenções céleres para correção de rumos para que o alcance da meta seja assegurado.

No município de Betim também foi possível a superação do resultado apresentado no último período avaliatório. Consequentemente, também se espera a manutenção dessa realidade.

A superação da situação relatada anteriormente também foi verificada na unidade de Ibité, que deixou de apresentar uma redução no desempenho e alcançou a meta acordada.

Embora o município de Ipatinga venha apresentando uma progressão no desempenho ao longo dos trimestres avaliados, novamente a meta pactuada não foi alcançada. Entretanto, conforme apontado pela OS, o mês de setembro apresentou o melhor resultado. Isto posto, espera-se a manutenção das orientações metodológicas mencionadas no RGR - avanço da atuação junto aos casos irregulares e às instituições parceiras e organização quanto ao protocolos dos ofícios - para garantir a **identificação, atuação e correção dos elementos que têm culminado, de forma recorrente, o desempenho insatisfatório do município para esse indicador**. Isto posto, **sugere-se que no próximo período a OS acompanhe bem próximo a execução do referido plano de ação para verificar se as estratégias construídas gerarão resultados mais satisfatórios**. E, em caso negativo, **faz-se necessário a reconstrução do planejamento, durante o próprio trimestre, para que a unidade consiga entregar a meta pactuada para o 20º PA**.

Como bem apontado pela OS, no município de Santa Luzia observa-se uma oscilação nesse indicador no período avaliado e somente no mês de setembro ocorre o alcance da meta. Por conseguinte, espera-se a manutenção desse cenário nos próximos meses o que permitirá a obtenção do resultado pactuado. Portanto, é necessário que não ocorra mais um lapso temporal entre a inscrição e o início do acompanhamento do público atendido, e nem intervenções tardias em casos/processos represados de períodos anteriores.

Também se verifica o panorama de oscilação nesse indicador e alcance da meta somente no mês de setembro na unidade Vespasiano. Foram construídas estratégias conjuntamente com a Dal, em reunião realizada no dia 20/09/2023, para o aprimoramento das frentes de execução e espera-se um impacto positivo nos próximos meses.

Conforme já mencionado, a UPC de Varginha trata-se de uma unidade recém implantada, e como aponta a OS, ainda não realizou baixas dos processos em casos de descumprimento. Cabe acrescentar que ainda que a unidade tenha casos em cumprimento irregular, estes ainda estão em tempo hábil para intervenções da equipe técnica junto aos cumpridores.

À guisa de conclusão, a DAL/SUPEC novamente ratifica as análises apresentadas acerca da necessidade de alcance e manutenção do referido indicador para todas as unidades. **Reforça-se a orientação metodológica de monitoramento mensal de todas as alternativas penais monitoradas e a realização de intervenções oportunas e céleres – com o público cumpridor e com a rede de alternativas penais – para que de fato impactem no cumprimento e no acompanhamento da pessoa**. Assim como no relatório anterior, o maior desafio segue na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade, o que pode inclusive ter relação com o não alcance da meta no indicador 4.3, como mencionado abaixo, pois o investimento nas ações junto à rede, visando a qualificação do acompanhamento das pessoas em cumprimento de alternativa penal, poderá contribuir para o avanço do percentual de cumprimento da modalidade da prestação de serviços à comunidade, para além das intervenções técnicas junto aos cumpridores.

**No indicador 4.3**, constata-se que a meta pactuada não foi atingida. Nesse trimestre, o alcance ocorreu somente no mês de agosto, o que reforça o já apontado sobre a importância da execução de tal modalidade para lograr êxito nos demais resultados.

Considerando a relevância dos encontros de rede no aprofundamento das discussões sobre os fenômenos criminais e de aspectos práticos do acompanhamento da prestação de serviços à comunidade, **sugere-se que a OS apresente como tem sido reforçada a orientação e incentivo em todas as unidades, pois durante o ano tal ação ainda não apresentou uma robustez numérica.**

Assim sendo, novamente reforça-se **a necessidade de investimento e organização das equipes para execução e manutenção das ações junto à rede parceira da Ceapa, já que atualmente conta com mais de 3 mil instituições parceiras, o que inclusive poderá reverberar positivamente no indicador 4.2.**

Cabe pontuar que embora o município de Governador Valadares novamente não tenha alcançado a meta, apresentou o melhor desempenho no trimestre em análise. Portanto, espera-se que tal realidade se mantenha para o próximo período.



Agosto/2023 – Reunião da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Governador Valadares

Ademais, conforme apontado de forma reiterada em relatórios anteriores, é necessário que a UPC de Belo Horizonte também **priorize essa frente de trabalho**, já que mesmo com a orientação da supervisão metodológica em agosto, não reverberou em números exitosos nesse indicador. Conseqüentemente, **sugere-se que a OS apresente um plano de ação, pois as estratégias apresentadas até então não têm sido suficientes para entregar resultados mais satisfatórios.** Inclusive alguns pontos apontados no RGR já podem e devem ser acompanhados para verificar se surtiram em desdobramento positivos, e em caso negativo, **é importante a reconstrução de estratégias durante o próprio trimestre.**

O município de Contagem também seguiu sem entregar um bom desempenho e, como recomendado no relatório anterior, a OS apresentou uma análise para essa situação. Assim, objetivando modificar esse cenário, sugere-se que nos próximos meses ocorra um monitoramento se a Unidade conseguiu se organizar internamente, levando em conta todas as frentes de trabalho, visando a prioridade no fortalecimento e execução contínua dessas ações, inclusive apresentando um cronograma para a execução de encontros de rede.

Como é observada uma relação entre os indicadores, uma vez que Ipatinga não conseguiu entregar resultados satisfatórios no indicador 4.2, não ocorreu diferente para o indicador 4.3. Ainda, como situado no RGR, apesar da ascensão no desempenho, destaca-se a realização de um encontro de rede, assim, reforça-se a necessidade do investimento contínuo nestes espaços como estratégia para qualificação desse indicador.

A oscilação numérica dentro dos meses do período também ocorreu nos municípios de Ribeirão das Neves e Uberaba. Contudo, a OS apresentou análise somente para o município de Ribeirão das Neves e, como sinalizado no RGR, apesar do desempenho insatisfatório, esta UPC ainda está mantendo a meta cumulativa dentro do ano. Essa manutenção também ocorre em Uberaba, e em agosto o aumento deste número foi possível.

Assim, **reforça-se para todas as unidades a necessidade de um planejamento para que a execução das ações de rede seja incorporada à realidade da equipe e ocorra de forma mensal e dentro do esperado, evitando oscilações com grandes discrepâncias.**

Reitera-se que em alguns municípios, tais como Araguari, Varginha e Vespasiano, desenvolveram articulações para além do pactuado para o período, garantindo o fortalecimento do programa e da pauta das alternativas penais nos respectivos municípios.



14/09/2023 – Encontro de Rede em Araguari



Julho/23 – Articulação com a 2ª Vara Criminal de Varginha

Cabe também acrescentar que, com as articulações de rede junto ao Poder Judiciário, espera-se que reverbere em novas portas de entrada na Unidade de Varginha e, conseqüentemente, gere impacto no indicador 4.1, tal como se espera que a proximidade com a rede de alternativas penais e de proteção social em Vespasiano gere impacto no indicador 4.2.

Registra-se também **que a unidade de Uberlândia vem, durante todos os meses do ano, realizando mais ações que as quinze pactuadas internamente junto ao Programa.**

Cabe, por fim, destacar o alcance da meta não só no período em análise, mas também nos três meses que o compõem, e nos três indicadores nos municípios de Ibirité e Uberlândia, o que mostra que atendimentos, ações de rede e monitoramento consolidados e mantidos favorecem a execução de números mais equilibrados durante todo o ano e conseqüentemente a entrega de bons resultados para a política pública.

### Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp

Meta	Resultado	Desempenho
------	-----------	------------

17.658	17.390	98,48%
--------	--------	--------

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp

Meta	Resultado	Desempenho
78%	84%	107,69%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta	Resultado	Desempenho
1296	1557	120,13%

Inicialmente cumpre destacar a orientação contínua realizada pela Diretoria do PrEsp aos profissionais da OS responsáveis pelo acompanhamento das equipes, monitoramento dos indicadores e qualificação do trabalho nos 15 municípios de atuação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) com vistas a potencializar a chegada e o acompanhamento do público alvo.

Em relação ao **indicador 5.1**, evidencia-se que a meta não foi integralmente cumprida, contudo, alcançou 17.390 atendimentos. Houve neste período um aumento se comparado ao trimestre anterior no percentual deste resultado, de 97,74% para 98,48%. Tal resultado representa um avanço na implementação do programa, que entre julho a setembro de 2023 conseguiu alcançar a marca de 5.882 atendimentos, número levemente abaixo ao que foi pactuado para o referido trimestre, mas que não comprometeu de forma significativa o número acumulado, demonstrando constância e manutenção na crescente dos atendimentos.

Ainda no âmbito do **indicador 5.1 destacam-se as seguintes situações para acompanhamento, monitoramento ou intervenções da OS:**

Os municípios de **Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga e Vespasiano** tiveram novamente resultados aquém do esperado para o período. Em relação a **Belo Horizonte** nota-se uma pequena elevação em relação ao trimestre anterior, demonstrando que têm sido assertivas as estratégias construídas em conjunto e apresentadas no Relatório Gerencial de Resultados (página 83), ao mesmo tempo é também **preciso o permanente acompanhamento e desenvolvimento da equipe, no que se refere a organização e aprofundamento metodológico**, haja vista que não só em Belo Horizonte, mas em todos os municípios, o trabalho do PrEsp e as vulnerabilidades vivenciadas pelo público são complexos e requerem conhecimento técnico, teórico e metodológico para intervenção. Nesse sentido, o trabalho realizado pela OS, com apoio e suporte da Diretoria, tem surtido efeito, mas há ainda caminhos a serem percorridos para alcance das metas pactuadas e maior qualificação da execução nos municípios.

Assim como Belo Horizonte, **Vespasiano** também não alcançou a meta esperada para o período, no entanto, constata-se a elevação nos resultados, em relação aos trimestres anteriores, tendo aumentado em 11,17% o número de atendimentos. Conforme apresentado, durante este período avaliatório ocorreu o afastamento de uma analista social por motivos de saúde no mesmo período em que outro profissional gozava de férias – uma intercorrência que impactou nos atendimentos ao público e conseqüentemente no resultado alcançado. Ademais, a diretoria corrobora com as justificativas apresentadas no RGR no que tange aos desafios da implantação e consolidação do trabalho em Vespasiano. **Solicita-se que a OS mantenha o acompanhamento próximo e que sejam construídas novas estratégias para favorecer a chegada e a vinculação do público. Solicita-se também que sejam apresentadas no próximo RGR os novos**

**direcionamentos, mencionados na página 89 do RGR, bem como os desdobramentos entre os meses de outubro a dezembro de 2023.**

Cumprir destacar que a Diretoria, juntamente com a Coordenação de Políticas Penais e Gestão Social da UPC de Vespasiano estiveram em reunião com o Poder Judiciário local a fim de favorecer e fortalecer os encaminhamentos, acessos e acompanhamento do público egresso direcionado ao PrEsp por meio da Vara de Execuções Penais daquela comarca.

Já em relação à **Ipatinga e Divinópolis**, além dos resultados terem sido abaixo do esperado, houve variação negativa dos valores se comparado aos períodos anteriores, sendo neste trimestre os menores resultados alcançados no ano, em ambos os municípios. Quantitativamente, Ipatinga apresenta o cenário mais preocupante, tendo em vista que entre julho e setembro de 2023 alcançou 231 atendimentos, o que representa 55,79% da meta prevista para o período. Foram apresentadas justificativas no RGR, contudo, enfatiza-se que férias de profissionais, feriados, fazem parte da rotina de trabalho de todas as UPCs, portanto, devem ser observados para a efetiva execução dos trabalhos.

Nesta perspectiva, em relação ao município de Ipatinga, a diretoria considera e corrobora as demais justificativas e estratégias apresentadas no RGR, contudo, avalia pertinente destacar outro elemento para análise que carece ser observado. Trata-se da trimestralidade das assinaturas dos egressos com alguma condicionalidade judicial, implementada na UPC a partir do período avaliatório anterior. No mês de junho (em que também houveram outros fatores que influenciaram o não alcance da meta de atendimento) já não ocorreram assinaturas mensais, e desde então foram registrados os menores números de atendimentos no ano.

Sabe-se que essa transição de assinatura mensal para trimestral impacta de forma positiva e qualitativa no trabalho do PrEsp, contudo, **neste momento deve-se acompanhar e construir alternativas junto com a equipe para maior acesso e acompanhamento do público-alvo, bem como continuar investindo em ações inovadoras para o alcance dos objetivos do programa no município.**

Quanto ao município de **Divinópolis** verifica-se que em nenhum mês do período avaliatório a meta foi alcançada, e neste sentido, valida-se parcialmente as justificativas apresentadas pela OS, **questionando a análise contida na página 85 do RGR, de que o número de acompanhamentos aumentou, pelo contrário, foram registrados no referido período 41 atendimentos de retorno, que se configura o menor número dos três períodos avaliatórios de 2023.**

Nessa perspectiva, pontua-se uma informação importante para análise e intervenção da OS, que, **ao longo do ano, a redução do número de atendimentos de retorno tem sido acompanhada pela redução de número de pessoas que foram atendidas individualmente no PrEsp, o que pode indicar desafios para a construção e manutenção de vínculos com o público-alvo do programa.**

Outro ponto mencionado refere-se à diminuição da chegada do público por meio de **encaminhamentos** do Poder Judiciário e Unidade Prisional, o que pode indicar a necessidade de repactuação de fluxos com tais instituições, demonstrando a necessidade de construir ou fortalecer as parcerias com outros serviços que acessam a população egressa do sistema prisional e que podem direcioná-la para atendimento no programa. Ainda neste aspecto, para diálogos com os estabelecimentos prisionais recomendamos a utilização do Memorando-Circular 7/2023/SEJUSP/DSP que respalda, legitima e reforça a parceria do PrEsp com o Departamento Penitenciário de Minas Gerais - DEPEN/MG.

Por fim, em relação a **Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga e Vespasiano** sugere a OS que retorne aos **planejamentos construídos por cada equipe e gestão para monitoramento e avaliação do planejado X executado de modo a extrair informações sobre as ações que surtiram impactos positivos, bem como para**

**analisar as que não foram implementadas e corrigir àquelas cujo efeitos não foram satisfatórios.** Concomitante a isso, também se sugere a **construção compartilhada de um plano de ação para qualificar a atuação no último trimestre do ano, que repercutirá no resultado integral do ano de 2023.**

No tocante a UPC de **Governador Valadares**, a diretoria valida a justificativa apresentada no RGR, considerando que foram construídas, de forma antecipada, estratégias para a superação dos desafios que já haviam sido verificados no mês de julho. Importante retificar a afirmação de que a Diretoria apresentou questionamentos sobre a participação de equipes em atividades de formação, conforme mencionado na página 86 do RGR, sendo esta uma importante frente de qualificação do PrEsp.

Sobre **Uberaba** as justificativas apresentadas são corroboradas e acrescenta-se que têm sido acompanhadas junto à gestão social as tratativas com a Unidade Prisional. Informa-se também que o quadro apresentado na página 75 apresenta dados incorretos, o que se faz necessário a correção.

Em continuidade à análise do **indicador 5.1**, nos demais municípios cumpre destacar que majoritariamente as metas pactuadas internamente com cada UPC foram superadas, o que demonstra assertividade na execução do trabalho. Chama-se atenção para os municípios de **Ibirité, Juiz de Fora e Sete Lagoas** em que a variação de aumento foi expressiva, e nesse sentido, **solicitamos também à OS um acompanhamento próximo para que estes números de atendimentos se mantenham com a qualidade e rigor metodológico do programa.**

Já em relação aos municípios de **Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia** corrobora-se com as análises já realizadas e evidencia-se a diversidade de ações executadas no município de Contagem, que tem contribuído diretamente para os resultados. Também é relevante dar destaque ao número de inscrições realizadas em Ribeirão das Neves neste período, tendo sido o menor registrado dentre os três trimestres do ano, configurando um ponto de atenção.

Ressalta-se que a Diretoria tem se apresentado para construção coletiva do trabalho e superação dos desafios impostos à execução junto às “equipes de ponta”, com destaque para reunião *in loco* juntamente com a gestão social, com as unidades prisionais para fortalecimento de vínculos e contribuição para a execução de atividades coletivas.

**Em relação a Montes Claros e Uberlândia**, a OS também não apresentou nenhuma informação qualitativa da execução do indicador 5.1. Portanto, **solicita-se esclarecimentos sobre a execução nestes municípios e a correção da informação apresentada no quadro da página 75, em que demonstra que não houve o alcance da meta por parte da equipe de Uberlândia, sendo a meta superada em 15,94%.**

Ainda sobre Uberlândia, é preciso atenção às entregas da equipe para além do número alcançado, pois nota-se que grande parte deste indicador foi cumprido por meio de grupos de apresentação para pessoas egressas (cerca de 55,07% durante todo período avaliatório) e que isso não tem refletido em um número expressivo de inscrições diretamente no PrEsp.

Quanto ao **indicador 5.2**, o resultado alcançado foi satisfatório, tendo em vista que o programa teve desempenho de 107,69%, tendo ultrapassado o indicador em 7,69% (e não em 107%, conforme mencionado na página 90).

De modo geral, as justificativas apresentadas pela OS condizem com o trabalho que vem sendo executado. Chama-se atenção novamente para **Divinópolis e Ipatinga**, que também não alcançaram este indicador, o que corrobora com as observações já realizadas e as sugestões dadas na análise do indicador 5.1, demonstrando a necessidade do acompanhamento próximo da equipe.

Necessária também a atenção no trabalho dos municípios de **Betim, Ibirité, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano** que superaram de modo significativo o percentual de adesão, para que esta ação possa ser equilibrada a outras intervenções do Programa.

Em relação a **Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Montes Claros, Santa Luzia, Uberaba** o resultado individual de cada UPC também foi bem próximo ao pactuado, havendo pequenas variações a depender do município, o que demonstra equilíbrio no atendimento ao público egresso, no que tange ao número de atendimentos de inscrições e de acompanhamento.

De modo geral, conforme apresentado pela OS, os municípios têm inovado e construído novas formas e intervenções para o acompanhamento qualificado do público, possibilitando oportunidades reais de inclusão social. Nesse sentido, cumpre destacar as intervenções realizadas pela Coordenação, Diretoria, Supervisão Metodológica, equipes (PrEsp e Ceapa da RMBH) e CEFET MG para início e execução de um curso de Eletricista Predial, que teve a primeira em 02/08/2023, com a participação do público dos dois programas.

Para além dos exemplos mencionados no RGR, também acrescenta-se a ação coletiva realizada em Montes Claros no mês de agosto de 2023. Trata-se “Arara Solidária”, uma proposta que uniu a perspectiva de um grupo reflexivo, oficina de empreendedorismo e um espaço de brechó solidário. A ação contou com a participação de 11 pessoas egressas e de 3 familiares.



Registros fotográficos da ação “Arara Solidária” em Montes Claros

Diante do exposto, em relação ao indicador 5.2, é preciso atenção às práticas desenvolvidas em todos os municípios no que se refere à chegada de novas pessoas ao programa, bem como ao acompanhamento daqueles que já estão inscritos no PrEsp. Portanto, as equipes devem continuar investindo na construção e fortalecimento de outras portas de entrada do Programa, e introduzindo/potencializando formas para manter os vínculos com as pessoas já inscritas. Recomenda-se à OS leituras e análises constantes das bases de dados produzidas por cada equipe a fim de extrair informações importantes para o monitoramento deste indicador.

Quanto ao **indicador 5.3**, o resultado foi superior à meta estabelecida, alcançando o percentual de 120,13% e ultrapassando em 13,19% para o período. Corrobora-se com os apontamentos feitos pela OS no RGR, com duas ressalvas: uma em relação ao município de Uberlândia (abaixo explorada) e outra nos dados apresentados na página 100, em que suspeita da inversão do desempenho mensal de Uberaba e Uberlândia.

Todas as equipes alcançaram a meta individual estabelecida até o momento para o ano, no entanto, neste período avaliatório, 4 equipes tiveram o desempenho aquém do esperado para os meses de julho a setembro de 2023, a saber: **Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia**.

Destes, a variação mais significativa foi da UPC de Uberlândia, que no mês de julho a setembro não alcançou os números pactuados, sendo em setembro o menor realizado por todas as equipes do PrEsp no ano. Nesta perspectiva, solicita-se **maior compreensão do cenário daquele município no desenvolvimento de ações de rede, de modo a intervir nos fatores que tem dificultado a execução desta frente de trabalho**.

Valoriza-se o detalhamento apresentado no RGR pela OS no âmbito deste indicador, pois para além dos resultados quantitativos, foi possível acessar informações importantes das articulações realizadas junto à rede parceira.

No âmbito deste indicador, é evidente o papel importante a ser desempenhado pela Gestão Social, motivo pelo qual **solicita-se que a OS acompanhe, desenvolva e fortaleça o trabalho a ser realizado por tais profissionais, especialmente nos municípios em que novos gestores estão sendo contratados**.

**Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e responsabilização de homens autores de violência.**

Indicador 6.1. Número acumulado de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados		
Meta	Resultado	Desempenho
150	94	62,6%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
1.470	4.954	337%

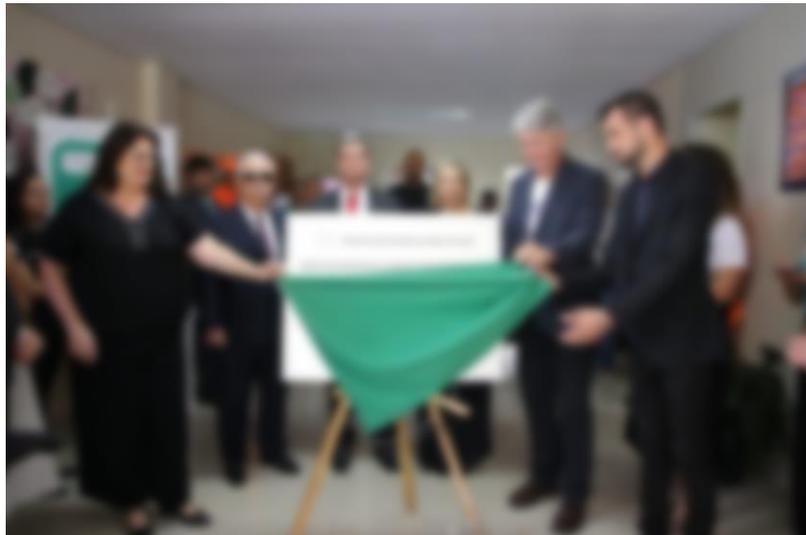
Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
210	929	442%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelos programas Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC), tem se desenvolvido de forma satisfatória. Ao longo do trimestre avaliatório as diretorias de cada programa têm realizado reuniões de alinhamento no que tange ao desenvolvimento do trabalho e aos desafios que se apresentam em sua execução.

Conforme apontado no RGR, este é o segundo período avaliatório em que o projeto está com as três unidades implantadas, ou seja, estrutura física da UPC finalizada e contratação integral da equipe. Novamente, esperava-se a entrega de resultados em todos os municípios para o alcance nos três indicadores. Contudo, permanece o cenário de não alcance da meta no indicador 6.1 e resultados superiores ao esperado nos demais.

Também se faz necessário pontuar que em duas das três unidades houve substituição de equipes em razão de pedido de rescisão contratual de analistas do Programa Ceapa, e que não foi possível realizar a recomposição destas equipes imediatamente. Portanto, Barbacena e Pouso Alegre trabalharam por um período com a equipe reduzida, o que impacta na organização das frentes de trabalho.

Cabe ainda destacar, que no mês de setembro ocorreu o evento de inauguração oficial da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Barbacena. O evento na unidade de Pouso Alegre está previsto para o próximo período.



19/09/2023 – Inauguração Unidade de Barbacena

A equipe do PMC em Barbacena finalizou o diagnóstico territorial do município e realizou a apresentação para equipe da SUPEC. Na oportunidade, a equipe da Ceapa também apresentou os resultados alcançados até aquele momento.

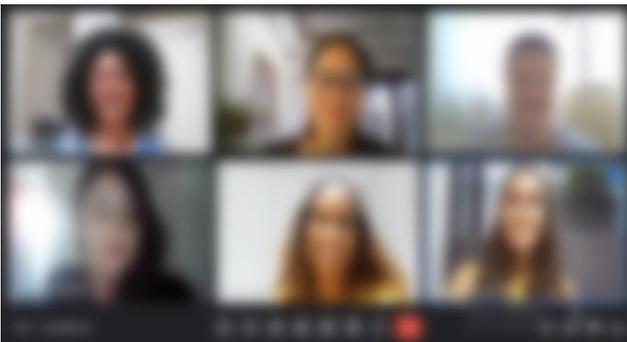
Vale destacar que o desafio que se seguirá será o de realizar a descontinuidade do Programa nos territórios, de acordo com cronograma a ser apresentado pela Supec, iniciando-se por Curvelo.



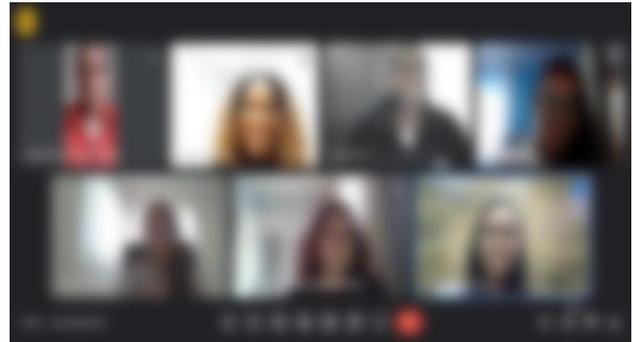


**Apresentação Diagnóstico | Barbacena**

**Reunião Materiais de Divulgação | Pouso Alegre**



**Mapeamento de Rede | Curvelo**



**Mapeamento de Rede | Pouso Alegre**

Quanto ao **indicador 6.1**, a meta estabelecida para o período avaliatório ainda não foi plenamente alcançada. Todavia, cabe destacar que ocorreu um aumento no desempenho se comparado ao período anterior. Destaca-se ainda o mês de agosto, quando foi apresentado o maior desempenho até o momento de 85,7%.

Como bem registrado pela OS, trata-se de um indicador que mensura unicamente a prática desenvolvida pela CEAPA, diferentemente dos outros dois que abrangem o trabalho da Ceapa e do PMC.

Ratifica-se a exposição do RGR de que o resultado aquém do esperado nesse indicador é justificado pela fragilidade da porta de entrada e, por conseguinte, de encaminhamentos do público pelo Poder Judiciário de Medidas Protetivas de Urgência e acompanhamento em metodologia de Ação de Responsabilização com Homens Autores de Violência contra às Mulheres. É necessário que os casos cheguem ao programa com robustez numérica para formar quóruns que permitam realizar os grupos de responsabilização penal.

A UPC de Barbacena segue apresentando uma situação diferente dos demais, pois sua porta de entrada se encontra consolidada, o que proporcionou a superação da meta. Cabe destacar que, nesse trimestre, de maneira inédita, esse cenário ocorre em todos os meses do período em análise. Além do contexto da porta de entrada, cabe também pontuar, como mencionado pela OS, o tempo de intervenção célere com as pessoas inscritas no programa, o que inclusive permite a execução simultânea de grupos em formatos aberto e fechado. No mês de setembro, a referida unidade estava executando três grupos, já com quórum suficiente para abertura de um quarto, e em todo o ano de 2023 já foram registradas mais de 900 participações em grupos.

Como mencionado no relatório anterior, a realidade da Unidade de Curvelo vem sendo acompanhada pela Diretoria do Programa Ceapa e após a articulação com o Sistema de Justiça espera-se um progresso nas inscrições. É possível observar que a expectativa foi concretizada: mais da metade dos atendimentos de

inscrições realizados durante todo o ano ocorreu neste trimestre. Espera-se que esse progresso nas inscrições se mantenha e gere novos grupos para de fato impactar o desempenho do indicador. Cabe destacar que existe a expectativa que nos próximos meses, além da manutenção da execução do grupo no formato aberto, seja realizado um no formato fechado. Em Curvelo, neste ano, foram registradas mais de 250 participações nos grupos.

Mais uma vez, a UPC de Pouso Alegre segue sem contribuir com dados para o indicador 6.1. Porém, no mês de setembro foi possível a pactuação do fluxo com o Poder Judiciário local para encaminhamentos do público para o Programa Ceapa. Assim, ainda não foi possível a execução de grupos neste município, todavia espera-se que essa questão seja superada, pois a partir da pactuação supramencionada foram realizados os primeiros atendimentos de inscrição no programa.

Embora permaneça o cenário apresentado no relatório anterior (dos três municípios, apenas dois contribuíram com o indicador 6.1) o aumento no número de grupos permaneceu, sendo esperado o progresso para os próximos meses.

**No indicador 6.2**, ocorreu a superação da meta pactuada, tendo em vista a contribuição de todas as unidades realizando os atendimentos.

Cabe acrescentar que no âmbito do programa Ceapa, essas ações podem ocorrer através dos atendimentos de inscrição, atendimentos individuais de acompanhamento ou atendimentos grupais. Quanto ao número acumulado de atendimentos a homens autores de violências contra a mulher, a UPC de Pouso Alegre passa a contribuir também com esse indicador, mas de forma incipiente, como relatado no indicador 6.1.

No 18º período avaliatório foi mencionada a fragilidade na porta de entrada no município de Curvelo, que conseqüentemente acarretou no baixo número de inscritos para acompanhamento. Todavia, como citado acima, tal fragilidade foi superada e favoreceu o alcance da meta pactuada. Já o município de Barbacena segue, como no trimestre anterior, superando a meta devido a “porta de entrada do público” já consolidada.

À guisa de conclusão, se comparado ao período anterior, pela primeira vez, percebe-se um aumento do número acumulado de atendimentos realizados pelo projeto no âmbito da CEAPA nas três Unidades.

Ainda em relação ao indicador 6.2, no Programa Mediação de Conflitos, percebe-se que a equipe de Curvelo tem buscado cada vez mais ocupar novos espaços junto à rede e aos territórios com os quais possui mais vínculos. A equipe de Pouso Alegre vem buscando consolidar as práticas, uma vez que encerrou o diagnóstico há pouco tempo e tem iniciado seus atendimentos nos territórios destacados. Apesar de recém implantada, já desenvolveu o Projeto “É Na Base!” que gerou 400 atendimentos. Barbacena, por sua vez, apesar de responder bem aos dados propostos, se apresenta com mais desafios em compreender a prática metodológica do programa, embora sejam reconhecidos os esforços e investimentos da Supervisão Metodológica no acompanhamento próximo da equipe no sentido de colaborar para a qualificação do trabalho.

A DCM corrobora com a análise apresentada pela OS, haja vista a forma com que se apresentam os números de atendimentos do mês de agosto pelas equipes do PMC. Vale destacar a necessidade de continuidade no investimento na equipe de Pouso Alegre, que ainda apresenta dados incipientes nos meses de Julho a Setembro. Além disso, chama atenção às ocorrências de dinâmica criminal em Curvelo sobre as quais a própria equipe técnica compartilha as suas percepções, inclusive no sentido dessas violências impactarem a rotina de trabalho, por exemplo quando se organizam para estarem presentes em uma Ação do “Agosto Lilás” na região do Ponte Nova, com as mulheres que participam do “Projeto Social Amigo da Criança”, mas são impelidos a suspender o encontro, devido ao cenário violento que se estabeleceu no território. Nesse sentido, **a DCM avalia a importância da OS em trabalhar com as equipes os impactos das dinâmicas**

**territoriais nas práticas do trabalho e como lidar com a insegurança e necessidades dos moradores dos territórios, que muitas vezes procuram o programa para buscar acolhimento e escuta nessas condições.**

Sobre o **indicador 6.3**, novamente a meta pactuada foi superada e também permanece o cenário de contribuição de todos os municípios que contribuíram para o resultado.

Cabe destacar que o período em análise inclui o mês de agosto, mês importante para a pauta de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, quando ocorre a campanha do “Agosto lilás”, que possui como um de seus objetivos intensificar a divulgação da Lei Maria da Penha, dos serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes. Observa-se que o maior número de ações de rede ocorreu no mês supracitado, portanto, a referida campanha pode ter contribuído para esse resultado.

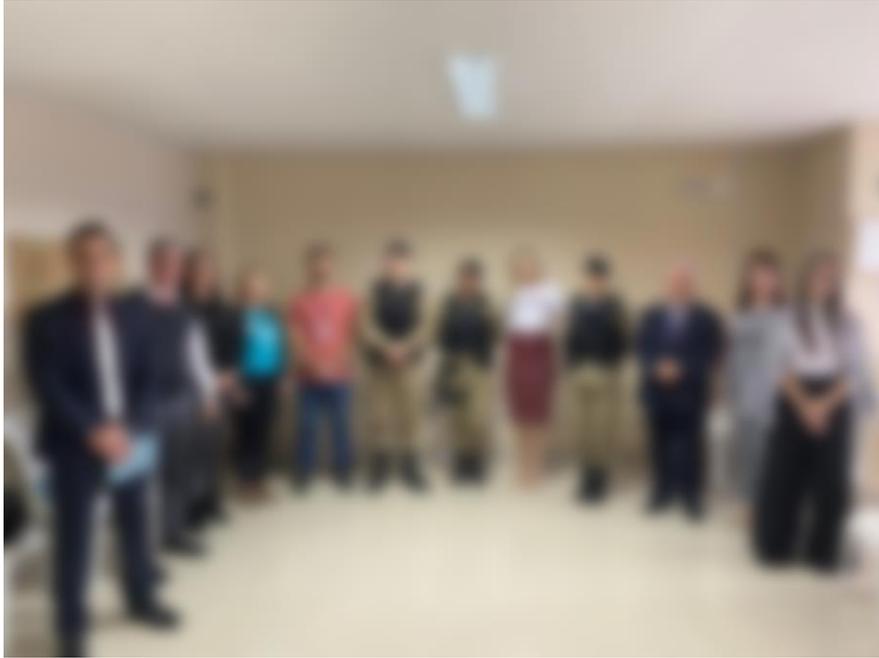


Ações de rede executadas no mês de agosto no município de Pouso Alegre

Ainda, conforme bem situado no RGR, a interlocução frequente e horizontal com a rede de proteção social está intrinsecamente relacionada à entrada e demanda do público atendido. Contudo, cabe acrescentar que também se faz necessário outras articulações, como com o Poder Judiciário de cada comarca para reverberar e fomentar a entrada do público, e consequentemente favorecer mais ações de rede. Como apontado no relatório anterior, a lógica de trabalho do programa é de diálogo entre os três indicadores.

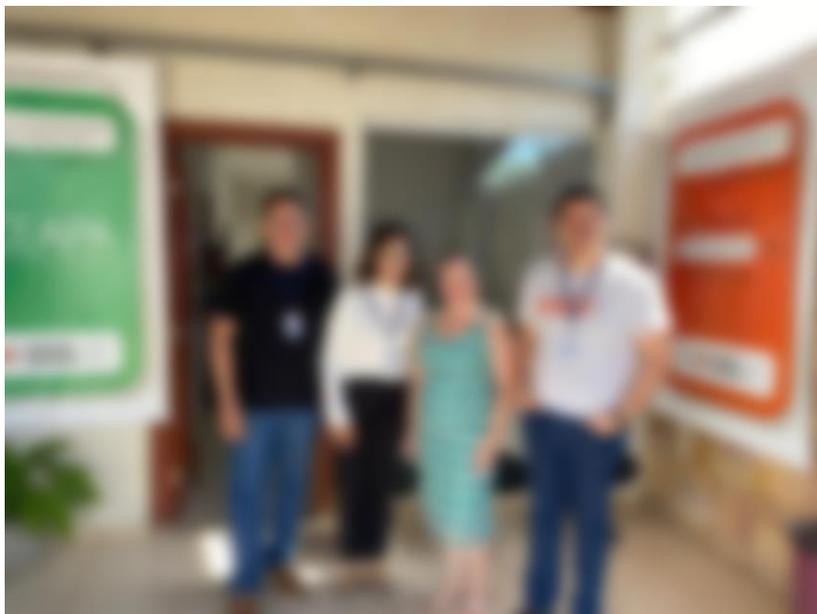
Também no último RM, foi mencionado a expectativa de que a realização das ações de rede dos municípios de Curvelo e Pouso Alegre impactasse de maneira prática na consolidação do fortalecimento e da porta de entrada e do número de pessoas encaminhadas para o programa Ceapa. Portanto, nesse período é possível verificar tal impacto, com um progresso no número de inscrições.

Assim como no período anterior, destaca-se o número das ações de rede do município de Barbacena, com ênfase para os encaminhamentos para a rede de proteção social. Destaca-se a reunião de apresentação do primeiro relatório municipal e as construções realizadas dos programas CEAPA e Mediação de conflitos no projeto. Tal espaço favoreceu ainda o alinhamento de alguns pontos importantes com o Juiz da Segunda Vara Criminal.



Apresentação do primeiro relatório municipal - Unidade de Barbacena (06/09/2023)

No município de Curvelo, a OS justifica o número abaixo de ações com a rede devido ao número reduzido de casos inscritos, contudo, conforme já mencionado, os números já progrediram e se esperava um aumento nas ações de rede.



Unidade de Curvelo: Reunião com DP – 01/09/2023

Tal expectativa também se aplica para a Unidade de Pouso Alegre, que passou a receber o público para realização de atendimentos individuais e grupais.

Ainda sobre o indicador 6.3, corrobora-se com a análise da OS, ressaltando o fluxo constante de construções que vêm sendo realizadas nos últimos três meses. Novamente destaca-se o mês de agosto com relação às

parcerias estabelecidas para execução de ações do PMC com outros atores da rede. Nesse sentido, destaca-se a atuação da equipe PMC de Pouso Alegre em sua participação na 1ª Caminhada de Pouso Alegre Pelo Fim da Violência Contra à Mulher que ocorreu com a participação de diversos atores que atuam na prevenção da violência no município. Esse evento, assim como as demais ações que ocorreram no decorrer do mês de agosto, foram desenvolvidas de forma conjunta com a participação de membros da rede institucional e referências comunitárias.



1ª Caminhada de Pouso Alegre Pelo Fim da Violência Contra à Mulher | Participação Programa Mediação de Conflitos - Ago/23

### Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

<b>Indicador 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
255	542	213%

<b>Indicador 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
690	994	144%

<b>Indicador 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
255	485	190%

Foram realizados os ajustes solicitados no último RM em relação à apresentação dos indicadores do Programa Selo com a indicação do alcançado até o período avaliatório anterior, e a descrição mensal em relação ao último período avaliatório, conforme a seguir:

<b>7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas</b>					
<b>Municípios</b>	<b>18º</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Total</b>
RISP 10 (Patos de Minas)	353	55	62	72	542
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>55</b>	<b>62</b>	<b>72</b>	<b>542</b>

Fonte: RGR, p. 116

Quanto ao **indicador 7.1**, seguindo o cenário dos últimos períodos avaliatórios, a meta foi atingida acima do previsto. Como abordado no RGR (p. 116), o programa atingiu 113%, e pode ser justificado, dentre outros, pelos seguintes fatores:

1. O ano de 2023 foi o primeiro ano de contabilização desse indicador nesse formato, sendo a meta pactuada para o ano (e para cada período avaliatório) uma previsão de uma execução piloto;
2. O número calculado das metas não levou em consideração a execução do eixo “Certifica” no município de São Gotardo. Logo, a partir de julho, com a chegada de uma analista social em São Gotardo, houve articulações de rede no referido município que foram contabilizadas no indicador não previstas na elaboração/planejamento da meta;
3. Tem sido observado que algumas ações que a equipe tem registrado para fins deste indicador não deveriam ser, de fato, contabilizadas como ações de articulação de rede, mas sim, contatos esporádicos, de modo que é necessário qualificar a compreensão sobre a mensuração;
4. Hoje o relatório de contabilização das ações permite que para cada ação sejam contabilizados dois objetivos adjacentes a ela, caso realmente tenha sido uma ação robusta e que diga respeito a mais de um objetivo. Esse problema no próprio instrumento abre a possibilidade de uma ação contar como duas para fins de indicador, gerando distorções na contabilização.

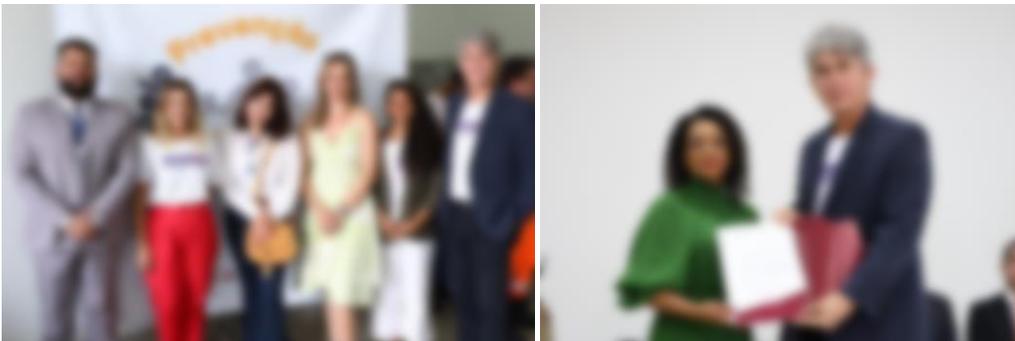
Logo, para mitigar distorções nos resultados, **devem ser realizadas as seguintes ações:**

1. **Qualificação, por parte da OS, junto à equipe técnica, acerca do que deve de fato ser contabilizado enquanto articulação de rede neste indicador, para que não haja distorção na mensuração do indicador (não registrar meros contatos com a rede como ação de articulação);**
2. **Reformulação, por parte da SUPEC, do relatório que a equipe preenche, suprimindo a possibilidade de que sejam contabilizados dois objetivos (tal reformulação já se encontra em andamento);**
3. **Aumento das metas pactuadas para o próximo aditivo ao Contrato de Gestão – já em tramitação.**

Apesar das questões sinalizadas, é necessário salientar que o alcance da meta é fruto do trabalho da equipe do Programa Selo Prevenção Minas, que só no trimestre analisado realizou ações de articulação com 18 municípios da RISP 10, o que representa quase a totalidade dos municípios da região (23 municípios no total).

Além disso, houve um esforço grande por parte da equipe no mês de setembro para reforçar as articulações com os membros da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, que teve uma baixa de quórum no mês de agosto mas que, a partir desta mobilização, retomou o quórum médio no mês de setembro, conforme será abordado na análise do indicador 7.1.

O evento de lançamento do Programa Selo Prevenção Minas em São Gotardo e a entrega do Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã para os atores da rede municipal de Patos de Minas também foram ações que mereceram destaque. Esse evento marca o início do eixo Certifica no município e a entrega do Diagnóstico em Patos de Minas marca o encerramento de mais uma etapa importante do também referido eixo no município.



Evento de lançamento do Programa Selo Prevenção Minas em São Gotardo 06/09/2023

Por fim, destacam-se alguns pontos elencados no RGR no que diz respeito aos desafios enfrentados ao longo do trimestre: a redução da equipe; a atuação da gestão social enquanto referência momentânea do Eixo Certifica em Patos de Minas; o desligamento do motorista da Unidade; fatores que prejudicaram diversas ações em Patos de Minas e região, bem como a substituição do profissional da supervisão metodológica. Apesar dos desafios, os resultados têm sido alcançados e a expectativa é que nos próximos períodos seja ampliada a gama de atuação do programa com a chegada de novos profissionais e a continuidade da qualificação das frentes de trabalho.

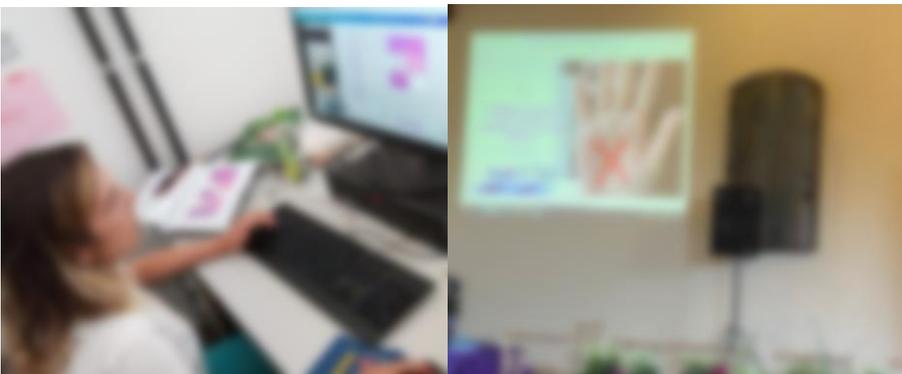
No 19º Período Avaliatório também houve superação da meta do indicador 7.2 em cerca de 44%. Ainda que acima do previsto, o desempenho figura dentro do esperado e demonstra interesse das redes municipais da RISP 10 em se qualificarem, bem como o esforço da equipe técnica em possibilitar formações de qualidade.

Durante os meses de julho a setembro foram realizadas **7 capacitações presenciais com um total de 446 participações e contemplando 9 municípios da RISP** (39.13% de toda a RISP 10). Destaca-se, nesse sentido, as formações com o tema de enfrentamento à violência contra a mulher, que vêm respondendo às demandas dos municípios e qualificando a atuação da rede de enfrentamento.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar uma entrega da SUPEC, no mês de julho, e que contribuiu para o trabalho da equipe em relação à ampliação e qualificação das temáticas das atividades de formação. Trata-se do lançamento do “Guia Municipal de Prevenção Social à Criminalidade”. Referido Guia é um documento composto por 7 fascículos e que tem por objetivo munir as administrações públicas municipais e a equipe técnica do Programa Selo Prevenção Minas de estratégias para construção de ações municipais de prevenção.



Lançamento do Guia Municipal no Seminário da Política de Prevenção 18/07/2023



Utilização do Guia Municipal por parte da equipe técnica para construção de formação na temática de violência contra à mulher - agosto/2023

Em relação ao RGR, na p. 121 nota-se a **necessidade de sinalizar em quais municípios aconteceram as formações registradas nas fotos. Sugere-se que, sempre que houver um registro fotográfico, considerando o caráter regional do Programa Selo, seja o mesmo identificado.**

Nota-se que o quórum das pessoas presentes nas formações, bem como a quantidade de formações ofertadas e a capilaridade na RISP não são uma questão atual do trabalho. Porém, existem alguns **fatores que podem orientar os esforços para o próximo período:**

- **Necessidade de monitoramento e conseqüente aprimoramento da qualidade técnica das formações que têm sido ofertadas;**
- **Necessidade de que a equipe técnica tenha formações específicas para esse eixo do Programa (fala em público, apresentações dinâmicas, oratória, etc), bem como maior ampliação das temáticas de trabalho de acordo com as necessidades percebidas na RISP.**

Quanto ao **indicador 7.3**, a meta também foi superada expressivamente. Obteve-se um total acumulado de 485 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que representa 90% a mais do que o previsto para o período.

O número de 485 participações se refere, sobretudo, às participações em dois tipos de ações ofertadas pelo programa: 1. Reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade e 2. Espaços formais de participação social.

Em relação às participações na **Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade**, cabe uma ressalva. Ainda que a meta global do indicador tenha sido superada, o número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal caiu nos meses de julho a setembro, chegando inclusive a não ter quórum suficiente para a realização da reunião no mês de agosto (apenas 6 pessoas compareceram), conforme abordado no RGR. Nesse sentido, houve um grande esforço por parte da equipe técnica em relação às articulações realizadas com os membros, como descrito no indicador 7.1, e da Coordenação Estadual na SUPEC e Supervisão Metodológica, que foram presencialmente à Patos de Minas para o direcionamento da equipe e para o acompanhamento da reunião da Comissão de setembro, que teve o quórum restabelecido, fruto do trabalho de todos os atores envolvidos.



*Reunião presencial na UPC com a presença da Gerente Estadual e do Supervisor Metodológico*



*Reunião da Comissão Municipal de setembro restabelecimento do quórum (20 pessoas)*

Já em relação às **ações de participação social**, nota-se que tais ações foram as responsáveis, em grande medida, pela superação expressiva da meta. Isso porque foram realizadas três ações em escolas (o que acaba por gerar a participação em massa dos alunos), contabilizando o total 129 pessoas participantes. Além disso, destaca-se três ações importantes de participação fora de Patos de Minas:

- Duas rodas de conversa sobre “prevenção à violência contra a mulher” no município de **Serra do Salitre**, incluindo a população rural, contando com 43 participações;
- Uma roda de conversa sobre “prevenção à violência contra a mulher” no município de **Presidente Olegário**, contando com 38 pessoas.



*Roda de conversa Serra do Salitre CRAS Rural*



*Roda de conversa Presidente Olegário*

Para o próximo PA, **sugere-se que haja o monitoramento e consequente qualificação técnica dessas ações de participação social, sobretudo as que envolvem a rede de educação. Além disso, é necessário garantir**

a continuidade das articulações com os membros da Comissão Municipal, para que não haja queda no quórum na reunião.

**Ainda, sinaliza-se** que o Programa Selo não aparece nas análises finais do RGR acerca do desempenho dos programas comparativo ao mesmo período do ano anterior. Ao se analisar o desempenho dos Programas, **todos os outros 5 que compõem a política são citados, menos o Programa Selo Prevenção Minas**. Reforça-se que talvez tal fato pode ter se dado devido às recentes mudanças nos indicadores para o ano atual (o que inviabiliza a comparação com anos anteriores), porém, **faz-se necessário alguma consideração ou ressalva para que o programa não passe despercebido na análise geral da política pública, fragilizando a visibilidade do mesmo**.

Em relação às metas, reforça-se que a repactuação dos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas (7.1 e 7.3) para o próximo aditivo ao Contrato de Gestão já foi realizada e encontra-se em tramitação, tendo em vista o alcance muito superior das mesmas, “necessitando desta calibragem”.

Por fim, a articulação entre Instituto Elo e a Coordenação Estadual tem mostrado que é possível executar um programa de fomento às ações municipais de prevenção com abrangência regional. A execução de um programa inovador, que busca consolidar a atuação dos municípios mineiros em prevenção social à criminalidade, só tem sido possível pelo esforço conjunto em executar, qualificar e aprimorar a metodologia.

#### Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

<b>Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
180	276	153%

<b>Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
588	654	111%

<b>Indicador 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações</b>		
<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>Desempenho</b>
84	3.390	4036%**

<b>Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto</b>

Meta	Resultado	Desempenho
15	10,1	148%

No que se refere ao **indicador 8.1**, avalia-se como importante o destaque de determinadas supervisões da gestão realizadas, tendo em vista a necessidade de verificar a materialidade e contribuição do trabalho desses atores junto aos gestores sociais do estado. Sugere-se que a OS continue inserindo informações qualitativas sobre essa atuação, qualificando ainda mais tais análises. Essa observação também vale para o **indicador 8.2**, considerando a exemplificação de determinadas supervisões metodológicas realizadas, seus objetivos e desdobramentos para as equipes e gestores envolvidos.

Considerando a atuação das supervisões no âmbito do desenvolvimento dos gestores e da atuação metodológica das equipes, **avalia-se a importância dos elementos explicativos sobre os pontos de desenvolvimento trabalhados, os gargalos enfrentados, dentre outros**. Ainda, verifica-se que ao registrar os encaminhamentos dessas supervisões no relatório, é possível contribuir para o registro e disseminação de boas práticas nessa atuação. Sendo assim, sugere-se que seja descrito de forma mais ampla o trabalho realizado pela supervisão nesses espaços para fins de qualificação do trabalho da equipe.

Também sobre o **indicador 8.2**, ainda que a meta global tenha sido superada, reforça-se que o Programa Selo Prevenção Minas atravessou quase dois meses sem o profissional da supervisão metodológica, o que impactou a qualidade do trabalho realizado. Em agosto, não houve supervisões e em julho e setembro foram 2 e 3 respectivamente, número abaixo da média realizada nos períodos avaliatórios anteriores. Reforça-se, portanto, a necessidade de retomada das supervisões metodológicas junto à equipe técnica (tanto individuais, quanto em grupo) com a chegada do novo supervisor metodológico (dia 01/setembro). Cumpre destacar que, ainda que recente, a chegada do novo supervisor metodológico do Programa Selo já qualificou o trabalho da equipe na percepção da Coordenação Estadual do programa, demonstrando apropriação da metodologia e das ações realizadas, sendo este profissional fundamental para garantir a qualidade das ações.

Especificamente sobre o **indicador 8.3**, retomamos a elucidação de que a meta prevista foi mensurada pensando no quantitativo de capacitações e não no quantitativo de participantes, gerando distorção na mensuração desses resultados. **Nesse sentido, tais metas foram revisadas no novo Programa de Trabalho do Termo Aditivo que se encontra em tramitação, cuja celebração se dará em breve**. Destaca-se, ainda, que foram incluídas nesse RGR informações para exemplificação das capacitações realizadas, seus objetivos e a aderência aos desafios e as questões da execução do trabalho. Assim, foi possível visualizar melhor como esse indicador contribuiu na mensuração do desenvolvimento e qualificação dos profissionais da política.

Vale mencionar, ainda, que assim como as supervisões metodológicas (indicador 8.2) do Selo Prevenção Minas foram afetadas pela ausência da figura do supervisor, as capacitações também o foram. Durante os meses deste período avaliatório só houve um momento de formação, no mês de julho, com a participação de 7 pessoas, e em agosto e setembro não houve capacitações. **Nota-se, portanto, a necessidade da retomada das capacitações mensais junto à equipe técnica do Programa Selo Prevenção Minas**, de modo a aprimorar o trabalho. Durante o período de ausência de capacitações por parte Instituto Elo, cumpre destacar a realização de algumas formações pontuais por parte da Coordenação Estadual da SUPEC.

Ainda, quanto à execução desse indicador, de forma complementar aos resultados apresentados pela OS, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL/SUPEC:

**Tema:** Capacitação introdutória para analistas sociais que atuarão no Serviço APEC – Atendimento à Pessoa Custodiada

**Datas:** 25/07/2023 (presencial)

A Diretoria de Alternativas Penais da SUPEC conduziu o conteúdo programático da capacitação introdutória com a finalidade de apresentar a construção da implantação do novo Serviço na Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, além de apresentar as atribuições para o atendimento social prévio e pós audiência de custódia. Participaram dessa capacitação três analistas sociais da Unidade de Belo Horizonte que foram convidadas para atuar no Serviço APEC – Atendimento à Pessoa Custodiada, além da gestão social da referida unidade.

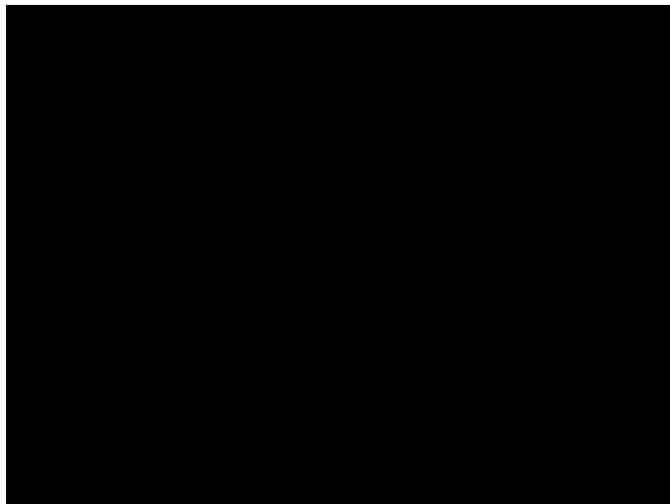


25/07/2023 – Capacitação Introdutória – Serviço APEC

**Tema:** Capacitação introdutória para novos analistas sociais

**Datas:** 03/08/2023 (presencial)

Parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias são conduzidas pela DAL com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do programa, os instrumentais utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa. Participaram dessa capacitação analistas contratados para atuar nas unidades dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia.

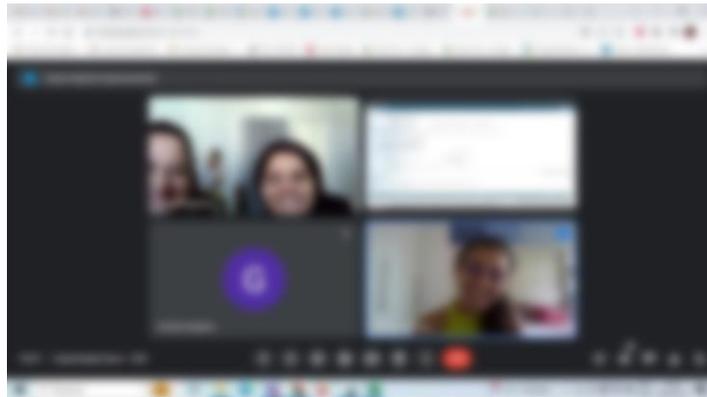


03/08/2023 – Capacitação Introdutória – Belo Horizonte e Santa Luzia

**Tema:** Capacitação – Consulta e Preenchimento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU – TJMG)

**Datas:** 09/08/2023 (Videoconferência)

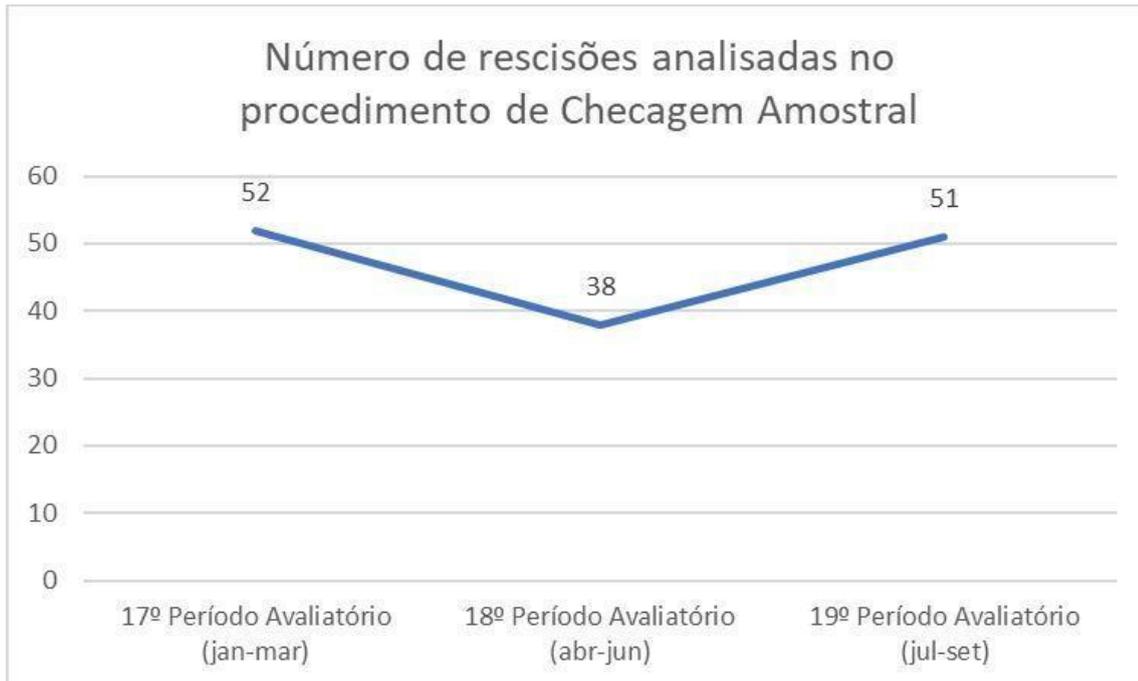
Visando habilitar a equipe de Varginha para consultar e preencher o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), a fim de estabelecer o fluxo via sistema como meio de comunicação com a Vara de Execução Penal daquele município, foi realizada uma capacitação virtual para utilização do sistema “SEEU”.



09/08/2023 – Capacitação SEEU com Equipe CEAPA Varginha

Por fim, quanto ao **indicador 8.4**, embora a OS tenha cumprido a meta pactuada, houve um aumento no tempo médio para reposição de vagas em aberto de 8,1 para 10,1 dias em relação ao período avaliatório anterior.

**Neste indicador, a Comissão de Monitoramento vem reforçar a preocupação na rotatividade elevada entre os profissionais que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade, sejam eles profissionais celetistas ou estagiários, verificados nos processos de checagem amostral durante o ano de 2023, tal como demonstra o gráfico abaixo:**



**Portanto, verifica-se de forma genérica, uma média de 15,6 desligamentos de pessoal (celetistas ou estagiários) por mês, e neste sentido, a Comissão de Monitoramento solicita à OS que apresente à SUPEC um diagnóstico dos motivos das rescisões, precipuamente em relação aos contratos celetistas de trabalho. Sugerimos ainda, que seja apresentado as motivações dos desligamentos dos profissionais durante o ano de 2023, para que os parceiros (Instituto ELO e SUPEC) possam avaliar conjuntamente as possíveis iniciativas que possam mitigar tais fatores.**

**Sugere-se ainda, a entrega do referido relatório/diagnóstico após o fechamento do último período avaliatório (20), para obtermos todos os dados e elementos do ano de 2023.**

Ademais, importante registrar a observação desta Comissão de Monitoramento nas decisões da OS em situações que levaram ao não cumprimento de aviso prévio pelo trabalhador, ou seja, deverá o Instituto Elo descrever nos processos de pessoal os motivos e elementos que levaram ao pagamento do aviso indenizado, dada as diretrizes desta SUPEC na observância aos Princípios da Economicidade, Razoabilidade e Motivação dos Atos.

#### Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
56	62	111%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas
--

Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Quanto aos Programas Fica Vivo e Se Liga os relatórios previstos foram entregues tempestivamente e de modo satisfatório pela OS. Sobre os Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas, reitera-se que a Coordenação do Programa sinaliza que ainda que a análise qualitativa nos últimos dois relatórios (agosto e setembro) tenha sido prejudicada pela ausência da supervisão metodológica, o relatório segue cumprindo os objetivos propostos e munindo a Coordenação Estadual de informações importantes para a condução de diretrizes do programa.

### Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

A Checagem Amostral, prevista no Decreto Estadual nº 47.553/18, referente ao 19º período avaliatório, que compreende os meses de julho a setembro de 2023 foi realizada pela Comissão de Monitoramento, tendo a representante da Unidade Jurídica e a Supervisora Adjunta comparecido presencialmente a sede da OS no dia 16/10/2023, e a Supervisora e o representante da Unidade Financeira realizaram a checagem dos processos de forma virtual, já que as pastas dos procedimentos de compras e contratações da entidade já podem ser acessadas de modo digital.

Foram verificados 98 processos, e 3 destes foram considerados inconformes. Contudo, na Checagem de Efetividade foram sanadas as inconformidades e complementadas as informações solicitadas pela Comissão de Monitoramento, alcançando 100% de conformidade.

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	-

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo do indicador.

### 3 – DETALHAMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Quanto à entrega dos produtos, cumpre retificar um equívoco mencionado no RGR. Houve, em 30/03/2023, a celebração do V Termo de Alteração Simples entre a OS e o OEP, que definiu a **alteração do prazo de entrega do Produto 1.1 - Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade** e do **Produto 2.4 - "Diagnóstico Municipal do Eixo Certifica do Programa Selo Prevenção Minas", de junho/23 para julho/2023**.

Desta forma, não se faz necessário pedido de desconsideração, posto que os produtos foram entregues e validados dentro do prazo repactuado, conforme fontes de comprovação encaminhadas à Seplag. Os relatórios produzidos também foram encaminhados à Comissão de Avaliação para apreciação, considerando importantes entregas no âmbito do Contrato de Gestão.

Conforme registrado no RGR, o **Produto 1.1. - Projeto "Circuito Liberdade: Novas Conexões com a Cidade"** é produto oriundo de Emenda Parlamentar Estadual e teve como objetivo promover, por meio da apropriação e acesso à cidade/território, a ressignificação e o fortalecimento dos vínculos de pré-egressos e egressos de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação atendidos pelo Programa Se Liga à rede de proteção social dos municípios atendidos pelas UPCs regional de Belo Horizonte, RMBH e Central Mineira e, regional da Zona da Mata Mineira.

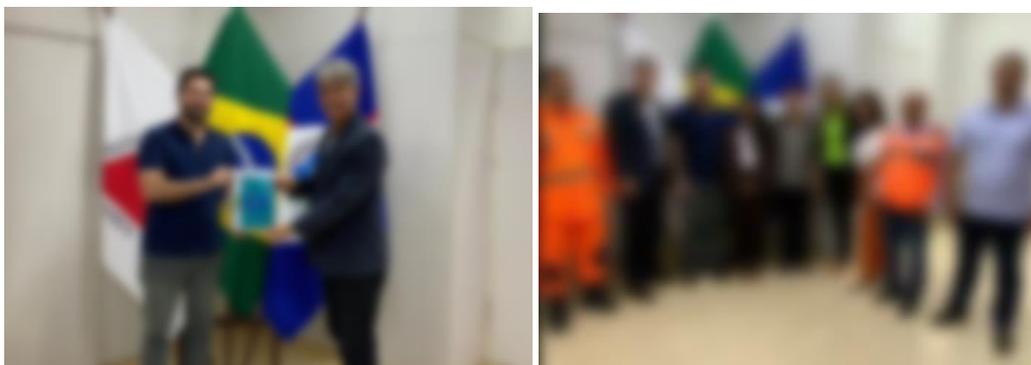
O projeto contou com dois eixos. O Eixo 1: Cultura, Esporte e Lazer, executado entre junho de 2022 e fevereiro de 2023 contemplou 24 atividades de circulação. O Eixo 2: Aprendizagem e Qualificação Profissional, por sua vez, contemplou cursos de profissionalização para o público atendido pelo Se Liga. Foram ofertados 2 cursos: Mecânica de Motos e Barbearia, tendo o primeiro contemplado 7 concluintes e o segundo 10 concluintes. Ressalta-se que a realização desse produto foi também importante para a reflexão e aprendizado sobre o desenvolvimento das ações metodológicas do Programa Se Liga, sendo importante que a OS mantenha os registros e lições aprendidas para aprimoramento e melhorias contínuas.



Formatura do Curso de Barbearia.

O **Produto 2.4 – Diagnóstico Municipal do Eixo Certifica do Programa Selo Prevenção Minas**, por sua vez, conforme apontado no RGR, teve como objetivo geral consolidar um panorama geral do município de Patos de Minas – sede da RISP 10 e do Programa Selo Prevenção no Território – incluindo aspectos históricos,

socioeconômicos, demográficos e de segurança pública. Cumpre destacar a qualidade técnica do produto entregue, tendo sido um instrumento importante para o fortalecimento e consolidação do trabalho do programa Selo em Patos de Minas, bem como o símbolo do encerramento de uma das etapas do eixo Certifica no município.



Entrega do Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã de Patos de Minas para o prefeito 05/09/2023

Por fim, vale registrar que embora não tenha sido repactuado o prazo por meio de Termo de Alteração Simples, tendo sido formalizada a alteração apenas via e-mail, no 19º PA foi efetivamente entregue **o Produto 4.1 – Seminário Geral da Política de Prevenção Social à Criminalidade**.

Referido evento foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2023 e o relatório e fontes de comprovação foram devidamente encaminhados no dia 22/08/2023 pela OS, sendo enviado também para apreciação dos membros da Comissão de Avaliação. Destaca-se que foi um momento de comemoração e aprendizado para toda a Política de Prevenção Social à Criminalidade, além de viabilizar o encontro das equipes de todos os programas e de todas as UPCs do estado, proporcionando capacitações, trocas de experiências, reflexões, além da celebração dos 20 anos da política e de parte dos programas que a compõem.

As diretorias da SUPEC também consideraram importante reforçar os impactos do “Seminário Geral da Política de Prevenção Social à Criminalidade” na execução dos programas e na parceria com a OS no tocante aos resultados esperados. Para além de um espaço comemorativo dos 20 anos da Política de Prevenção Social à Criminalidade, o evento fortaleceu os vínculos e os diálogos entre as equipes, bem como repercutiu diretamente na qualificação do trabalho dos Programas.

Merece destaque o dimensionamento e fortalecimento por parte dos profissionais dos programas com as pautas comuns à Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Com a rotatividade de profissionais, em virtude do cenário apresentado pela OS, observa-se que muitos não conseguiam dimensionar as reais proporções do alcance, diversidade e impacto das ações da Política de Prevenção no estado. Com o evento, houve retornos de que os profissionais retornaram muito mais engajados, fortalecidos, e com a compreensão mais sistêmica sobre a atuação desta política pública. Há que se destacar também os efeitos positivos com a rede institucional que se entremeia à execução das ações. A realização de um evento desta magnitude evidenciou a força e a proporção dos programas, promovendo a (re)pactuação de parcerias, fluxos e demais canais de diálogo.



Julho/2023 – Seminário da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade

## 4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

### Recurso Estadual - Memória de Cálculo A

Contrato de Gestão n.º. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SE.JJSP e o Instituto Eio												
19º Relatório Gerencial Financeiro												
Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	15.398.856,29	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	14.544.287,64	23.187.891,99	20.263.914,94	20.263.914,94	20.263.914,94
(E) Total de Entradas de Recursos	5.088,41	91.956,13	8.698.123,67	123.324,40	128.855,98	10.346.892,22	315.181,49	11.666.725,09	221.774,60	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	2.785.986,36	2.374.342,02	2.655.757,15	3.406.177,83	2.743.390,36	3.111.822,12	3.377.523,51	2.923.120,74	3.145.751,65	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	12.517.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	14.544.287,64	23.187.891,99	20.263.914,94	20.263.914,94	20.263.914,94	20.263.914,94
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG		1.050,00										
(PP) Provisionsmentos de Pessoal		7.168.340,34										
(C) Recursos Comprometidos		1.993.167,21										
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior		3.434.975,51										
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-CAR)		7.666.381,28										
<b>Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)</b>												
	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA								
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-								
Saldo Extrato CI no período	16.268.937,97	17.606.629,66	20.263.914,94	-								
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-								
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	16.268.937,97	17.606.629,66	20.263.914,94	-								
(G) CONFERENCIA(SA) - (SF)= 0,00	-	-	-	20.263.914,94								
<b>Movimentação Financeira da Reserva de Recursos</b>												
Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	2.620.612,55											
Transferência para Reserva de Recursos	1.135.398,11											
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	278.874,35											
Gastos da Reserva de Recursos	4.492,38											
Saldo da Reserva de Recursos	3.930.383,63											

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

19º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto														
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL		
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023			
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023			
<b>11 Receitas</b>														
111 Repasses do Contrato de Gestão	8.347.935,89	-	-	10.184.653,09	-	-	11.112.526,52	-	-	-	-	29.594.215,50		
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
114 Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00		
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,18	184.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	173.645,88	175.048,04	221.774,55	-	-	1.107.594,50		
<b>(B) Total de Entradas:</b>	<b>8.261.124,20</b>	<b>91.955,18</b>	<b>184.053,88</b>	<b>10.257.977,49</b>	<b>128.855,98</b>	<b>111.814,31</b>	<b>11.286.172,88</b>	<b>175.048,04</b>	<b>221.774,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.770.780,00</b>		
<b>2 Saída de Recursos</b>														
<b>21 Gastos com Pessoal</b>														
211 Salários	1.451.883,82	1.458.440,18	1.458.440,18	1.458.440,18	1.470.910,75	1.474.319,49	1.528.791,47	1.528.791,47	1.528.791,47	-	-	12.358.159,01		
212 Estagiários	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	55.940,00	-	-	583.040,00		
213 Encargos	393.837,04	397.344,48	397.344,48	397.344,48	397.344,48	397.344,48	414.208,42	414.208,42	414.208,42	-	-	5.382.200,20		
214 Benefícios	335.951,94	337.318,83	337.318,83	337.318,83	401.047,19	408.026,84	418.060,42	418.060,42	418.060,42	-	-	3.047.083,74		
Subtotal (Pessoal)	2.531.112,82	2.549.043,49	2.549.043,49	2.549.043,49	2.667.252,21	2.675.637,60	2.808.810,31	2.808.810,31	2.808.810,31	-	-	22.276.486,01		
22 Gastos Gerais	1.104.585,00	1.324.445,00	627.045,00	627.165,00	617.165,00	738.945,00	931.165,00	1.175.745,00	1.175.745,00	-	-	8.439.105,00		
23 Aquisição de Bens	57.740,00	754.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811.940,00		
24 Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,18	184.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	173.645,88	175.048,04	221.774,55	-	-	1.107.594,50		
<b>(S) Total de Saídas:</b>	<b>3.700.540,23</b>	<b>4.719.388,67</b>	<b>3.206.882,37</b>	<b>3.289.253,09</b>	<b>3.310.644,20</b>	<b>3.470.532,61</b>	<b>3.707.325,27</b>	<b>4.013.223,55</b>	<b>4.006.260,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.706.412,57</b>		
<b>Realizado</b>														
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023			
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023			
<b>11 Receitas</b>														
111 Repasses do Contrato de Gestão	8.402.449,79	-	-	10.234.427,91	-	-	11.284.821,81	-	-	-	-	29.922.919,01	101,53%	(33.770,50)
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	-	-	600,00	-	-	450,00	141.530,10	154.854,24	-	-	-	297.484,80	3304,83%	(238.484,36)
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,18	184.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	173.645,88	175.049,52	221.774,60	-	-	1.107.597,02	100,00%	(6,00)
<b>(B) Total de Entradas:</b>	<b>8.407.538,20</b>	<b>91.955,18</b>	<b>184.653,88</b>	<b>10.357.752,31</b>	<b>128.855,98</b>	<b>112.264,31</b>	<b>11.552.002,80</b>	<b>329.903,76</b>	<b>221.774,60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.293.920,99</b>	<b>102,04%</b>	<b>(622.140,93)</b>
<b>2 Saída de Recursos</b>														
<b>21 Gastos com Pessoal</b>														
211 Salários	1.110.419,75	1.163.174,35	1.204.675,82	1.244.344,56	1.249.353,27	1.263.508,54	1.298.740,08	1.319.459,54	1.297.797,71	-	-	11.172.3.207,02	83,64%	2.184.931,99
212 Estagiários	73.878,29	70.125,35	67.214,92	70.917,44	72.459,72	77.002,90	84.181,93	92.418,49	84.338,19	-	-	696.386,23	77,46%	108.315,47
213 Encargos	373.242,04	349.432,97	341.710,05	350.345,05	371.255,73	344.736,73	378.345,17	352.214,42	383.741,06	-	-	3.405.080,53	100,46%	(23.838,27)
214 Benefícios	328.403,43	326.147,10	413.612,48	339.104,43	422.414,35	424.334,25	431.257,03	451.933,34	427.544,02	237.893,34	-	3.722.043,32	102,05%	(74.359,58)
Subtotal (Pessoal)	1.815.943,51	1.818.880,77	2.037.203,27	2.004.706,48	2.047.963,27	2.069.639,46	2.533.337,13	2.615.015,39	2.563.380,98	237.893,34	-	20.997.917,20	90,17%	2.289.005,81
22 Gastos Gerais	613.102,28	514.509,06	372.440,49	610.654,52	751.957,02	535.935,49	1.100.325,40	708.894,40	654.044,92	742,67	-	6.107.028,40	73,55%	2.132.076,60
23 Aquisição de Bens	28.220,22	1.274,88	311.502,57	119.047,57	127.353,89	2.508,89	-	8.333,80	-	-	-	79.028,82	98,07%	15.674,18
24 Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,18	184.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	173.645,88	175.048,04	-	-	-	945.790,01	81,01%	221.774,55
<b>(S) Total de Saídas:</b>	<b>2.505.878,00</b>	<b>2.747.042,19</b>	<b>3.447.206,21</b>	<b>3.199.681,97</b>	<b>3.342.425,00</b>	<b>3.029.909,25</b>	<b>3.807.239,42</b>	<b>3.506.512,98</b>	<b>3.051.431,70</b>	<b>228.026,01</b>	<b>-</b>	<b>28.947.019,42</b>	<b>85,88%</b>	<b>4.759.292,14</b>

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo**  
**19º Relatório Gerencial Financeiro**

**Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão**

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.285.175,00	698.432,34	54,35%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.543.600,00	3.923.442,05	59,96%
3	Capacitações da equipe contratada	714.200,00	476.148,84	66,67%
4	Deslocamento da equipe contratada	90.000,00	36.612,82	40,68%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	226.800,00	54.022,76	23,82%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	456.000,00	378.654,73	83,04%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	870.000,00	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	72.400,00	17.540,65	24,23%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	5.960,76	3,82%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	285.510,36	68,80%
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	165.000,00	117.354,84	71,12%
16	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	320.000,00	176.372,79	55,12%
17	Bem estar social	9.000,00	3.100,49	34,45%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	168.000,00	30.145,25	17,94%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	6.000,00	976,02	16,27%
<b>Total</b>		<b>11.497.135,00</b>	<b>6.204.274,70</b>	<b>53,96%</b>

**Recurso do FUNEMP - Memória de Cálculo C**

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo												
19º Relatório Gerencial Financeiro												
Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	D e z e m b r o
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	1.022.232,10	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	735.556,12	1.082.556,31	970.363,14	970.363,14	970.363,14
(E) Total de Entradas de Recursos	305,58	7.203,90	59.386,59	5.772,44	6.174,37	4.631,63	497.262,81	497.117,06	9.589,12	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	90.278,85	84.491,31	173.900,14	120.674,28	133.657,10	134.888,08	129.623,54	140.116,87	131.782,29	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	735.556,12	1.082.556,31	970.363,14	970.363,14	970.363,14	970.363,14
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	304.924,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	78.231,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior	162.978,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	424.228,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)</b>												
	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA								
Saldo Extrato CC no período	51.136,89	-	-	-								
Saldo Extrato CI no período	689.317,98	367.816,85	970.363,14	-								
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-								
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	740.457,87	367.816,85	970.363,14	-								
(G) CONFERENCIA(SA) - (SF) = 0,00	-	-	-	970.363,14								
<b>Movimentação Financeira da Reserva de Recursos</b>												
Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	60.261,81											
Transferência para Reserva de Recursos	60.994,61											
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	7.662,03											
Gastos da Reserva de Recursos	-											
Saldo da Reserva de Recursos	118.818,46											

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

19º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto																
	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23	Mai/23	Jun/23	Jul/23	Ago/23	Sep/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	TOTAL			
1	Entrada de Recursos	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023			
11	Receitas															
111	Repasses do Contrato de Gestão	31133,33	-	-	433 933,90	-	-	433 933,90	-	-	-	-	-	1.029.011,49		
112	Receita Arrecada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
114	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
21	Rendimentos de Aplicações Fin.	305,53	7.203,90	3.344,70	5.772,44	6.174,37	4.431,63	3.327,01	3.181,26	9.545,93	-	-	-	58.408,82		
(E)	Total de Entradas:	31.449,47	7.203,90	3.248,70	494.708,24	6.174,37	4.631,63	497.202,81	3.181,26	9.545,93	-	-	-	1.087.420,31		
2	Saída de Recursos															
21	Gastos com Pessoal															
211	Salários	63 123,00	87 224,01	87 224,01	87 224,01	87 224,01	87 224,01	87 224,01	87 224,01	87 224,01	-	-	-	760.921,08		
212	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
213	Encargos	27 233,23	37 448,88	37 448,88	37 448,88	37 448,88	37 448,88	37 448,88	37 448,88	37 448,88	-	-	-	327.039,27		
214	Benefícios	20 262,87	29 063,71	29 063,71	29 063,71	29 063,71	29 063,71	29 063,71	29 063,71	29 063,71	-	-	-	252.728,59		
	SUBTOTAL (Pessoal):	110.682,10	153.739,60	153.739,60	153.739,60	153.739,60	153.739,60	153.739,60	153.739,60	153.739,60	-	-	-	1.340.748,90		
22	Gastos Gerais	24 620,00	61720,00	34 120,00	9 220,00	9 220,00	9 220,00	9 220,00	9 220,00	9 220,00	-	-	-	167.730,00		
221	Aquisição de Bens Permanentes	40 386,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.386,00		
222	Transferência para Reserva de Recursos	305,53	7.203,90	3.344,70	5.772,44	6.174,37	4.431,63	3.327,01	3.181,26	9.545,93	-	-	-	58.408,82		
(S)	Total de Saídas:	198.49 1,68	222.682,90	188.188,30	168.291,04	169.192,97	167.610,23	171.1305,61	171.1305,61	172.2.944,83	-	-	-	1.627.823,72		
<b>Realizado</b>																
1	Entrada de Recursos	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
11	Receitas															
111	Repasses do Contrato de Gestão	31133,33	-	-	433 933,90	-	-	433 933,90	-	-	-	-	-	1.029.011,49	100,00%	-
112	Receita Arrecada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Rendimentos de Aplicações Fin.	305,53	7.203,90	3.344,70	5.772,44	6.174,37	4.431,63	3.327,01	3.181,26	9.545,93	-	-	-	58.432,01	100,04%	23,19
(E)	Total de Entradas:	31.449,47	7.203,90	3.248,70	494.708,24	6.174,37	4.631,63	497.202,81	3.181,26	9.545,93	-	-	-	1.087.443,50	100,00%	(23,19)
2	Saída de Recursos															
21	Gastos com Pessoal															
211	Salários	54 506,34	59 104,07	66 797,33	73 153,78	84 745,43	83 221,71	93 793,77	91 771,26	77 482,54	-	-	-	671.009,01	88,24%	39 316,07
212	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
213	Encargos	24 449,52	29 705,46	30 220,42	33 321,38	35 954,39	35 545,59	35 299,53	34 435,17	34 599,43	-	-	-	293.905,40	89,93%	33 073,81
214	Benefícios	3 001,00	17 420,85	11 269,05	37 080,18	25 320,49	23 481,89	27 080,62	27 154,37	34 814,53	13 230,00	-	-	220.793,48	87,33%	32 035,07
	SUBTOTAL (Pessoal):	88.976,86	106.450,38	118.286,80	138.760,32	146.940,26	142.469,19	146.117,92	143.961,33	136.899,70	13.280,00	-	-	1.189.823,92	88,48%	154.424,92
22	Gastos Gerais	342,92	1.600,00	17 391,20	11.343,34	1.532,93	2.190,00	2.000,00	1.445,70	60,00	-	-	-	36.420,14	22,94%	129.277,94
221	Aquisição de Bens Permanentes	-	5.458,21	59 273,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.030,01	106,82%	(4 150,61)
222	Transferência para Reserva de Recursos	305,53	7.203,90	3.344,70	5.772,44	6.174,37	4.431,63	3.327,01	3.181,26	9.545,93	-	-	-	48.242,89	83,62%	9.545,93
(S)	Total de Saídas:	89.645,20	120.692,00	204.008,20	155.882,10	154.297,91	154.297,91	154.444,92	153.188,20	13.6.939,70	13.280,00	-	-	1.338.685,99	82,24%	289.138,11

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo  
19º Relatório Gerencial Financeiro  
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos Acompanhamento in loco da Supervisão	139.780,00	27.159,74	19,43%
2	Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio.	52.500,00	1.215,43	2,32%
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPC's e Sede Administrativa.	7.000,00	2.031,92	29,03%
	<b>Total</b>	<b>199.280,00</b>	<b>30.407,09</b>	

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 10/10/2023. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Do total de saídas realizadas no 19º período avaliatório foi executado 85,88% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 82,24% da Memória de Cálculo C (FUNEMP).

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP e dos funcionários da OS Instituto Elo.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**

**Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias**

Relatório da Comissão de Monitoramento 19º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2023.

### **DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019**

Declaramos ter realizado todos os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 19 período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia dos procedimentos de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (76621618).

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2023.

**Gleysiane Freire Diniz**

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

**Luísa de Paulo Longuinho**

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

**Beatriz Barbosa Pena Camargo**

Representante da Unidade Jurídica do OEP

**Marcus da Silva Resende**

Representante da Unidade Financeira do OEP

(representante em período de férias regulamentares no momento da assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo**, Assessor(a), em 10/11/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paulo Longuinho**, Servidor(a) Público(a), em 10/11/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz**, Assessora Chefe, em 10/11/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **76622316** e o código CRC **7CFECDE4**.